

ATA N.º1/2015 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de dezasseis de fevereiro de dois mil e quinze, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PONTO 1 Apreciação da Atividade Municipal;
- PONTO 2- Análise, discussão e votação da Proposta de Alteração do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de São João da Pesqueira;
- PONTO 3- Substituição de Membro designado pela Assembleia Municipal como representante na CPCJ;
- PONTO 4- Eleição de dois Presidentes de Junta de freguesia (efetivo e substituto) para integrar o XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- PONTO 5- Votação da Alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro;
- PONTO 6- Análise, discussão e votação do ponto 1 do artigo 9.º do Regimento da Assembleia Municipal;
- Ponto7 Análise e discussão do documento referente à Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região do Douro (2014-2020).

O Senhor Presidente da Assembleia saudou, em seu nome e em nome da Mesa, o Executivo na pessoa do Senhor Presidente, os Membros da Assembleia e digníssimo público, desejando que a reunião fosse proveitosa e participativa como tem acontecido.

Procedeu de seguida à chamada dos Membros da Assembleia, tendo-se assinalado a ausência das Senhoras Marcolina Sequeira e Maria de Lurdes Veiga e dos Senhores Paulo Bito, José Cabral e José António.

Verificando-se que a Senhora 1.ª Secretária estava a faltar, convidou o Senhor Fernando Pereira para completar a Mesa.

Referiu que o local da reunião se alterara por se prever a presença de bastante público, em virtude de um dos pontos da ordem de trabalhos ser para informação a todos os munícipes. Interrogou se havia alguém do público presente que pretendesse inscrever-se para possível intervenção e, em caso afirmativo, fizessem o favor de fazer chegar à Mesa, essa pretensão.

Inscreveram-se os cidadãos Luís Gonçalves e Leonel Figueiredo.

Passou à leitura da correspondência recebida, destacando o expediente enviado pelo Senhor Silva Fernandes, o Relatório anual de 2014 e Plano de Atividades para 2015 da C.P.C.J e de uma moção da Assembleia Municipal de Lagos. Referiu o arquivo desses documentos para consulta, ou manifestação de apoio, no dossiê da Assembleia Municipal.

D

Aos grupos de trabalho da Assembleia perguntou se existia algum assunto a referir. Fez a leitura de um pequeno texto enviado pela Professora Maria Leonor Rodrigues Calçarão Lemos Salta, representante na C.P.C.J que se passa a transcrever.

Apesar de pertencer apenas há alguns meses à comissão alargada da C.P.C.J, não posso deixar de manifestar o trabalho meritório que a comissão tem vindo a desenvolver. Observo e sinto esse trabalho nas reuniões em que participo, bem como nas sessões de formação e sensibilização promovidas pela Comissão de Proteção de crianças e jovens de São João da Pesqueira, visando temas como as dependências na juventude, violência, ambiente familiar e outros.

Maria Leonor Rodrigues Calçarão Lemos Salta

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Silva Fernandes, por solicitação do mesmo, para dar conhecimento dos trabalhos da reunião da CIMDouro, efetuada no mês de janeiro.

O Senhor Silva Fernandes relembra que na última reunião da CIMDouro, realizada no dia 29 de dezembro, não estivera presente, por coincidir com a nossa reunião de Assembleia. O principal documento a tratar nesse dia, foi a aprovação do Plano Estratégico 2014-2020. Não foi discutido nem aprovado, pelo que tal facto obrigou a que fosse marcada uma outra Assembleia da CIMDouro que decorreu em janeiro e em contradição com o que a lei determina, duas reuniões por ano, por isso se realizara fora de prazo. O documento foi discutido passando à síntese do que entendeu mais significativo. Vários Membros da Assembleia da CIMDouro chegaram à conclusão que se esteve a discutir um problema que já estava resolvido. O documento tinha de ser aprovado e entregue à CCDRN passado dois dias, e como tal, não haveria muito a fazer. O que estava em cima da mesa, mais do que uma estratégia, era o estudo do Dr. Augusto Mateus, um amontoado de elementos e de dados que não permitia analisar a estratégia. Face às circunstâncias o documento fora aprovado, permitindo que fosse remetido passados dois dias à CCDRN.

Finda a intervenção o Senhor Presidente da Assembleia colocou em discussão a ata da reunião anterior, dispensando-se da sua leitura.

Inscreveram-se para procederem a pequenas correções os Senhores Vítor Tomé, Vítor Monteiro, Joaquim Monteiro e Silva Fernandes.

O Senhor Vítor Tomé cumprimentando os presentes afirmou ter verificado que "tanto no seu discurso, como na do Senhor Presidente da Câmara foram omitidas algumas partes, mas acha que também não engrandeciam a ata e como tal não faz questão de que nela constem."

Interpelado pelo Senhor Presidente da Assembleia sobre o assunto que estava omitido, especifica que o Senhor Presidente do Executivo dissera não fazer "parte social do Forno e que nem era ele que tinha pretensão de ser aglutinador de estabelecimentos comerciais na Av. Marquês de Soveral, respondera-lhe de acordo com o mesmo, mas também não está lá".

As outras intervenções seriam pormenores em relação a algumas das palavras: em vez de "classificado será clarificado", relativamente à ETAR de Ervedosa" será "fossas do Chão da Canelha em Ervedosa" e no lugar de "vinho" será "uvas".



O Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu os trabalhos pedindo que houvesse coerência nas ideias, pois não é fácil fazer uma redação sobre os trabalhos da reunião e transcrevê-la, pois discutem-se vários assuntos ao mesmo tempo. Tem a transcrição da audição que podem consultar se quiserem tirar dúvidas que possam ainda subsistir. Após estes argumentos colocou a ata a votação tendo sido aprovada por maioria. Regista-se a abstenção do Senhor Fernando Pereira por ter faltado à reunião. Dando continuidade aos trabalhos, e antes do período da Ordem do dia, disse que considerando as dificuldades que têm existido na transmissão de informação da Assembleia, estão a reabilitar o espaço na página web do Município de forma a lá ser colocada toda a informação relevante para os Membros da Assembleia. Foi entregue a cada Membro um envelope com um email, username, password e notas explicativas de como aceder a esse espaço. Todos os documentos da Assembleia, por reunião, ficarão disponíveis até que se entenda já não serem necessários. Deixará de se ter o problema com o wetransfer que permitia apenas dez dias para a transferência dos documentos. Deste modo ficarão permanentemente na página. A requerimento do Senhor Silva Fernandes e ao qual dera resposta, permitiu que antes da Ordem do Dia procedesse à leitura de dois textos de homenagem.

O Senhor Silva Fernandes saudando os presentes e agradecendo à mesa a oportunidade de o fazer, diz que um dos textos é uma evocação e ao mesmo tempo, uma proposta. Lastima o facto de o Senhor Conde da Pesqueira ter sido convidado a visitar o concelho, estando disposto a fazê-lo. Infelizmente e, por já estar bastante doente, não conseguira efetivar essa visita. O segundo texto intitulou-o como um elogio e reconhecimento ao Dr. Durão Barroso. Finalizada a intervenção, o Senhor Presidente da Mesa, colocou à votação o voto de pesar pelo falecimento do Conde da Pesqueira apresentado pelo Senhor Silva Fernandes, tendo sido aprovado por unanimidade.

Durante o período de Antes da Ordem do Dia e solicitadas inscrições intervieram os Senhores Joaquim Monteiro, Vítor Monteiro, Vítor Tomé, Silva Fernandes, Sebastião Mesquita, António Balça, Fernando Pereira e Senhora Anabela Pereira.

O Senhor Joaquim Monteiro dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que continua a acreditar na sua palavra, mas que vão sendo horas de executarem o que vai relembrando em todas as Assembleias, para que não caia no esquecimento. Espera que as obras no Lugar do Tronco continuem. Vai ser iniciada a segunda fase dos trabalhos de jardinagem, pretendendo que a terceira e quarta fase continuem. Agradecia que fossem concluídas o mais rápido possível, pois vem a primavera e o espaço tem de ser usufruído. Sobre o programa Portugal em Festa entende serem programas que levam longe o nome de São João da Pesqueira e a importância de que tal aconteça. Desconhece os custos, mas é verdade que em alguns concelhos não fica caro, pensando até serem mais dispendiosos, contudo o programa tivera muitas falhas. Pensa que todos os Presidentes de Junta receberam um email de uma produtora que pedia colaboração, no sentido de enviarem nomes e vídeos para preenchimento do espaço destinado aos talentos do concelho. Responderam ao solicitado e não se obtiveram respostas. Tornou-se numa confusão, ninguém sabia onde estavam as respostas às solicitações feitas, e para seu espanto, vira cantar fado um Senhor de Armamar e a dizer que as maçãs do seu concelho é que eram boas. "Viu a outra mocita e o realce para as danças de salão do grupo da Professora Cristina sendo nosso concelho foi muito pequeno perante o que dispõem." A experiência diz-lhe

1

que não devemos ser submissos a tudo o que a produção, deste ou de outro canal, pretende fazer. O nosso município tem gente com talento para preencher meia, uma ou duas horas de emissão, com danças, fado e outras atividades. Pediu para que haja mais firmeza na discussão, canalizando-a para o que pretendemos que seja transmitido. Houve divulgação, mas podemos melhorar.

O Senhor Vítor Tomé soube e verificou que as pessoas se queixam por a iluminação pública estar a funcionar toda a noite, e na hora em que as pessoas vão trabalhar, às 6:30h, a luz fechar, ficando tudo às escuras até que seja dia. Ao fim da tarde, o mesmo problema, já escureceu quando a luz liga. Se a EDP não dá conta, que sejam alertados para procederem à alteração do horário no relógio, pois faz diferença. Também advertiu para o facto de no Bairro do Caminho Novo e no parque de estacionamento junto ao Quartel dos Bombeiros nunca haver iluminação, apesar dos pedidos apresentados pelos residentes junto do Senhor Presidente da Câmara. É uma zona nobre da vila, devia e podia estar iluminada. Parabeniza a organização da Feira dos Saberes e Sabores, apesar de os participantes se queixarem por disporem de pouco espaço para expor. Deixou a sugestão para que se limite a feira aos expositores locais, resolvendo-se desde logo a falta de espaço. Refere a colocação de três tendas no exterior para venda de fumeiro e o valor em que terá ficado a sua instalação, rondando cada uma os duzentos e tal euros, mais IVA, que só se justificaria se estivessem a ser ocupadas por três produtores locais, o que não acontecera. O produtor, que não é do concelho, foi o que mais vendeu enquanto os outros dois ficavam a olhar um para o outro. "Nós não somos convidados para estar representados em nenhum lado a título gracioso. Porquê fazermo-lo aos outros?". Deve verificar-se se os produtos expostos são de origem e se estão licenciados. Propõe que nos limitemos aos residentes, não existindo representação local, mas de interesse na valorização do certame, convidar então gente de fora a estar presente. Em relação ao programa da SIC, ou de qualquer outro canal, considera ser sempre um investimento, independentemente do que se possa gastar. Não considera ser nada de transcendente, mas deve ser bem explorado tendo-lhe parecido haver algumas falhas. Podem dizer que é o imposto pela SIC, "chame-se então a TVI". Vê a TVI fazer a exposição do Roteiro Gastronómico e tudo o que as terras têm de bom, o programa da SIC falhou bastante. Crê que a culpa não foi da Câmara, houve a tentativa de fazer bem, mas foi mal aproveitada. À exceção de umas boas imagens paisagísticas, o resto foi música pimba. A Praça da República que é lindíssima foi mal aproveitada. A colocação do palco foi muito mal-amanhada, tolhendo o espaço que se previa encher de público. O destaque dado ao Museu quando da sua inauguração já fora pouco e os programas de televisão têm de trazer pessoas que vejam o programa e lhes desperte curiosidade, o que lhe parece não ter sido bem conseguido. Fora informado de que uma delegação do grupo Sogrape (Quinta do Seixo) telefonara a pedir informação sobre as visitas ao Museu, tendo sido informados de terem de formalizar o pedido por email à diretora do Museu. O email fora enviado, e não tendo sido obtida resposta, resolveram visitar o Museu sem essa formalidade. "Dirigiram-se à Loja de Turismo, sendo informados que teriam de se dirigir ao vigilante, porque andava uma máquina a limpar e que provavelmente não poderiam fazer a visita. Isto aconteceu às 10:30h o que não acha razoável, muito menos com pessoas que sabem o que andam a fazer, que têm explorações turísticas, podendo enviar potenciais utilizadores deste espaço." Aos funcionários da Caixa Geral de Depósitos que



fizeram também uma visita, a receção foi a mesma "sigam por aqui e por ali" é a explicação, não havendo ninguém capacitado para responder a eventuais perguntas. "Seria bom irem preparando um guia para fazer atendimento e um acompanhamento conveniente aos visitantes."

O Senhor Silva Fernandes falou sobre o Regulamento do Museu do Vinho, disponível para discussão pública e que vira com alguma surpresa. Dirigira ao Senhor Presidente da Assembleia um pedido para que fosse retirado, face às confusões que apresentava e que lhe pareceram da maior gravidade. "O documento estava assinado e rubricado por todos os Membros do Executivo, no entanto atreve-se a dizer que nenhum deles o lera, porque se o tivessem feito era impossível deixar passar o que estava escrito sem terem reparado." O índice não coincidia com o conteúdo nem com o número dos artigos, capítulos diferentes com a mesma numeração, o capítulo 15.º não aparecia, designações diferentes para as mesmas coisas e para a mesma definição. Entende que os munícipes têm o direito de exigir aos seus representantes, a quem pagam, que os assuntos do seu município sejam tratados com o mais elevado sentido de rigor, transparência e responsabilidade. Este documento é uma referência paradigmática da forma como os assuntos são tratados, e por isso fez questão de o trazer à Assembleia para que fique registado." Outro aspeto que referiu tem a ver com o Relatório do Auditor. Comparando com o que acontecera com os dados do primeiro semestre, houvera tempo suficiente para que hoje tivéssemos o Relatório do 2.º semestre. Pensa que talvez apareça na reunião de abril, mas nessa altura já irão decorridos quatro meses referentes ao ano de 2015. A propósito do Orçamento Municipal é frequente ouvir dizer a alguns Presidentes de Junta que não foram ouvidos, que não sabem como foi feito, que gostavam de que soubessem as suas pretensões. Pensa sobre este assunto haver dois fatos que deverão ser tratados com algum tempo e alguma ponderação. A realização do Orçamento e a introdução, em São João da Pesqueira, do Orçamento Participativo. Há dezenas de Câmaras e Juntas de Freguesia que têm o Orçamento Participativo a funcionar. Fez um estudo referente ao mesmo que vai entregar à mesa e pede para que seja depois distribuído aos Membros da Assembleja e Executivo para discutir e analisar na Ordem do dia, na próxima reunião.

A Senhora Anabela Pereira cumprimentando os presentes fez a abordagem de dois pontos, um deles teve a ver com o programa transmitido pela SIC no domingo, perguntando ao Executivo quanto teve que pagar pelo Programa Portugal em Festa. "Se foram apenas os encargos com a logística, menos mal, se pagaram honorários à SIC, então o evento, na sua opinião, revelou-se uma má iniciativa". Entende serem direcionados a um público muito específico, e talvez o caso de as pessoas não se darem ao trabalho de sair do conforto de suas casas para assistir ao vivo, esteja implicado com esse fator. Incomoda-lhe ver a Câmara empenhada na promoção do município e os munícipes "estarem-se nas tintas". Na verdade o programa não promoveu o turismo, nem divulgou as maravilhosas paisagens do Douro, nem atraiu investidores, nem dinamizou o comércio, apenas se destacou a forma carinhosa como o Baião, e os entrevistadores abordaram as pessoas. O outro assunto é sobre a Feira dos Saberes e Sabores que demonstrou ser uma boa iniciativa para promoção dos produtos da terra e dos pequenos produtores. Levantou alguma polémica a escolha e atribuição de lugares nas bancas. Para evitar conflitos de má educação e falta de respeito para com a Câmara e alguns Vereadores, deviam cobrar uma importância, ainda que simbólica, pela inscrição dos participantes na feira. O papel da Câmara é ajudar e apoiar, não sendo o de



sustentar os seus munícipes, ou quem dela tira proveito. Já foi referido que alguns participantes não eram de cá, usufruindo gratuitamente de tudo e levaram mais-valias.

O Senhor Sebastião Mesquita saudou os presentes, passando a referir, esperar que a sala tivesse lotação esgotada. É uma sala nova, com boas condições acústicas, melhor equipamento, mas pelo que constata o equipamento áudio ainda é pior do que do Salão dos Paços do Concelho. "Aprovámos a colocação em sistema online para quando o cumprimento dessa votação", questiona. Seguidamente falou do problema da passagem de linhas de alta tensão no nosso concelho, que será atravessado por duas linhas, pertença de empresas "ligadas à REN, que é dos chineses não é nossa". Encontram-se no terreno pessoas a contactar proprietários, já havendo traçados, mais ou menos definitivos. Irá ser anulado um troço com dezassete torres que irá ser substituído por outro. Vão passar duas linhas no novo traçado e gostava de saber se houve negociações com a Câmara. Havendo anulação, houve conhecimento. Pretende saber se a Câmara tem conhecimento, ou se as pessoas andaram abusivamente a passear no nosso concelho, e passando mais uma linha, se irá haver contrapartidas. A empresa não é nossa. Embora paguem aos proprietários uma verba pela colocação de uma torre, irão usufruir nos próximos 50 ou 100 anos, da passagem de energia, e nós vamos pagá-la. Sobre a Feira dos Saberes e Sabores, conforme tem feito nas anteriores Assembleias, questionou o valor dos custos com o programa de televisão, porque só com valores é que consegue avaliar se valeu ou não a pena. Soubera há dias que a "Vindouro e a Senhora do Monte custou duzentos e cinquenta mil euros e que só uma empresa levou mais de metade." O Senhor António Balça questionou sobre um programa que substituíra o antigo LIDER da Associação Douro Histórico, com a diferença de financeiramente ir contemplar de forma generosa o setor agrícola. O antigo LIDER não contemplava. Entre outras coisas, promove a inclusão social, a redução da pobreza, o desenvolvimento das zonas rurais, das pequenas empresas e criação de emprego. Chama a atenção das Juntas de Freguesia, porque irá possibilitar a renovação das aldeias. Acrescenta que irá ser gerido por um órgão a constituir, sendo um processo já em andamento. Pretende que o Município também se empenhe, fazendo parte dele, pois no que toca com dinheiro, os lóbis já estão perfilados com algumas Associações. É uma questão que deve ser aprofundada. O Órgão de Gestão está para ser constituído, deixando o desafio ao Senhor Presidente no sentido de que o nosso Município possa integrar-se neste programa. Na última Assembleia o Senhor Presidente deixou no ar a intenção de poder vir a negociar a possibilidade da reabertura do SAP a exemplo de outros concelhos. Pensa ser importante e gostava de saber em que posição está essa negociação.

O Senhor Fernando Pereira abdicou da sua inscriç**ã**o por considerar esgotado o tempo de intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia disse ao Senhor Sebastião Mesquita que não sendo técnico, sabe que as condições acústicas têm interferências quando os telemóveis estão ligados. Não pediu para que os desligassem, mas pelo menos, que os colocassem em silêncio. Independentemente de receberem chamadas, recebem um sinal de satélite a cada segundo, criando as interferências verificadas. Ao Senhor António Balça pede se lhe pode fornecer o local onde obtivera o documento referido.

O Senhor António Balça entregou na mesa cópia do documento.



O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimento dos assuntos apresentados.

Respondendo ao Senhor Joaquim Monteiro, e de uma forma geral, a todos os que abordaram o programa Portugal em Festa, disse várias pessoas de fora lhe terem enviado os parabéns, achando que fizemos uma boa divulgação do nosso concelho. Acrescentou em relação à intervenção da Senhora Anabela Pereira que não podemos esperar que as pessoas da Pesqueira fossem assistir ao programa, porque conhecem, sabem que a Pesqueira existe. O públicoalvo que reside fora é que nos felicitou e será a essas pessoas que o programa interessa. Independentemente de animarem com canções pimba, uns aostam outros nem por isso, mas o que interessa é que a Pesqueira seja falada pelo lado positivo. O convite foi enderecado aos canais que lideram o mercado de audiências, a SIC é um deles. A RTP1 no evento da Vindouro tivera a major audiência do ano com essa transmissão. Pretendemos chegar aos que estão longe. Os custos com a transmissão limitaram-se à logística, refeições, alojamento e algumas deslocações. Não foi fácil, pois a SIC deslocou 150 pessoas para colocar o programa no ar. Enviaram um email a agradecer a forma amável como foram tratados, o que nos dá um certo orgulho, não só da parte de quem com eles trabalhou, como da população em aeral, Isto dá incentivo para que continuemos a apostar nestes programas. Respondendo ao Senhor Vítor Tomé diz que a Câmara paga a iluminação pública, mas não podemos colocar ou alterar as lâmpadas. "Agradece esses reparos, outras pessoas fazem o mesmo. Em relação ao horário, somos nós que pedimos à EDP, sendo que os relógios que controlam os espacos por vezes desacertam. tentamos sempre junto da EDP solucionar os problemas." Sobre a Feira, já referira noutras reuniões de Assembleia que esta tem um cariz diferente de outras. Todos nos apercebemos haver pessoas a vender azeite, mel, batatas, vinho, nas malas dos carros e nas ruas sem qualquer higiene. Felizmente a Câmara da altura, tivera a feliz ideia de organizar esta Feira, com um espaço, onde os expositores pudessem, em melhores condições, vender os seus produtos. Há produtores que durante o ano têm outra atividade e aproveitam estes três fins-de-semana para capitalizar mais-valias. Soubera que um dos vendedores que estava nas tendas da rua, que não exerce atividade no nosso concelho, mas que é de cá, dissera estar a vender bem e que gostaram muito dos seus produtos. Os artesãos são externos, pois não os temos no nosso concelho. "Tivemos de ampliar o espaço porque quase todos vêm à Pesqueira desde que a Feira, antes denominada de artesanato, organizada pela Escola Profissional e Câmara, iniciara este evento. Eram convidados, para alargarem a oferta de produtos que nós não tínhamos, nem temos." Em relação às visitas ao Museu do Vinho referenciadas, espanta-o essa atitude, pois há poucos dias falara com o Gerente da Caixa Geral de Depósitos que lhe pedira desculpa por não ter estado presente na inauguração do mesmo, mas que estavam a agendar uma visita e que o informaria da data em que a pretenderiam executar. Não podemos controlar tudo, mas em relação à SOGRAPE, não tiveram qualquer comunicação. Poderá sempre haver falhas, mas se algo estiver a correr mal, será no início o que permitirá fazer correções. Sobre o Orçamento Participativo aflorado pelo Senhor Silva Fernandes, agradecemos todas as sugestões, aproveitaremos o melhor e o que acharmos ser mais eficaz. Sobre o Regulamento do Museu do Vinho, foi um lapso, assume o erro e diz que não devia ter acontecido. O Executivo tentou, dentro do possível discuti-lo. Quando foi enviado para discussão pública, por lapso, introduziram o documento de trabalho e não o devidamente corrigido. Fora logo retirado,

aprovado na última reunião de Câmara, indo seguir os termos normais. Fizeram chegar ao Senhor Presidente da Assembleia sugestões de alteração ao Regulamento de Apoio ao Cooperativismo o que discorda. Entende que já fora demasiado discutido. Na altura tinha estado em discussão pública, devia ter havido sugestões e alterações, e depois a aprovação natural. Estava em causa um Projeto da Cooperativa dos Olivicultores do Castanheiro havendo urgência em que o Regulamento fosse aprovado, e que fora o que se verificara. Passados 15 dias chegaram sugestões para alteração à posterior, tendo entendido que não tinham qualquer relevância para se proceder a uma alteração. Houve outras Cooperativas que o aproveitaram. Faz um ano que o Regulamento foi aprovado, as sugestões vêm desse período, no entanto, consideramos que de momento não vêm trazer mais-valias. Quanto ao Regulamento de Inventário e Cadastro do Património, foi aprovado em reunião de Câmara de 30 de outubro de 2013. Diz nunca ter sido discutido nem aprovado em Assembleia Municipal. É um documento que tem eficácia interna "Lei 169/99, art.º64, n.º7 A e art.º 153, n.º2 A". À Assembleia só vêm documentos de eficácia externa. Diz não ter obtido resposta à informação solicitada em 30-12-2013 e em 24-02-2015. Já consultara, fizera perguntas, analisara, e entende que o Património veio plasmado no Orcamento, e se lhe apresentar algo que diga ser diferente, teremos que ver, no entanto não consideramos estar em falta. Sobre a monografía, informa que no ano de 2009 a Dr.^a Paula Montes Real recebeu 1335,00€ por pesquisa documental, fotocópias e logística para a realização do trabalho do Professor Gaspar Martins Pereira que não quis receber qualquer honorário por este trabalho. Até ao ano de 2011 a Câmara pagou 5000,00€ à Humanitates para apoio à coordenação do projeto. No ano de 2009 foram orçamentados vinte mil euros, em 2010 dotamos 500,00€ na mesma rúbrica, em 2011, vinte mil euros, em 2012, cinquena mil euros e em 2014, dez mil euros. Ao Senhor Sebastião Mesquita, e sobre uma pergunta que lhe fizera na última reunião de Assembleia relacionada com o IMT, responde que a Câmara em 2014 tivera com o IMT uma mais-valia de 372683.71€, com o IUC 116610.43€ e com o IMI 471489.54€. Sobre o equipamento para transmissão online, já fora respondido pelo Senhor Presidente da Assembleia, mas relembra que o aprovado em termos dessa transmissão fora "sem custos". Todos os produtos têm custos acrescidos e estamos a resolver. Falando do problema relacionado com o traçado proposto para uma linha de muito alta tensão, existe um estudo de uma empresa que apresenta um desvio quando atravessa a Pesqueira. Vira com a EDP esse desvio, apresentando uma melhoria, pois passa a mais de 100 metros de qualquer local onde exista uma casa, pensando ser melhor. A localização dos postes, será feita em locais que não afetem espaços agrícolas. Estamos a trabalhar a possibilidade legal da existência de uma só travessia aérea. Vai verificar-se um impacto ambiental e económico. Tem ouvido comentários de que as pessoas tentam mais negociar do que oporemse. Quem anda no terreno localiza a instalação de apoio, os proprietários são contactados percebendo que ficam a lucrar com essa possível negociação. A Câmara está a negociar com a EDP uma contrapartida económica e financeira para o Município. Ainda não há valores, nem definida, nem fechada dessa negociação. Ao Senhor Balça diz que o grupo que lidera o espaço onde a Pesqueira está incluída é a Beira Douro. Quanto ao SAP estamos a trabalhar para melhorar. Existe, no entanto, uma preocupação importante que é arranjarmos médicos em quantidade, para dar resposta a esse serviço. Tem recebido um feedback muito positivo dos utentes que têm



necessidade dos serviços de emergência médica e das CODUS, pois têm dada uma resposta muito positiva.

O Senhor Silva Fernandes, pedindo para intervir, agradece as informações, mas clarifica alguns pontos. Sobre o Regulamento do Cooperativismo não está preocupado, se as sugestões apresentadas são as suas ou não e se têm ou não interesse. Preocupa-o sim, sendo sempre a sua posição, fazer respeitar uma decisão da Assembleia, e essa fora que na sessão de junho de 2014, voltasse à reunião o Regulamento, não tendo vindo. Enquanto não obtivesse resposta, estava em falta. Quanto ao Património, vem explanado nas contas, mas o Património tem vários conceitos, amplos e vastos. Se fala sobre a parte contabilística está lá, mas o que discuto é o Património material, não referindo em que local. Estão por isso a falar de patrimónios diferentes. Sobre a monografia, como desconhecia, agradece a informação. Referindo-se a um requerimento solicitado sobre o Museu do Vinho, esclarece que quando a uma Assembleia é apresentado um documento escrito, seja por quem for, tem de obter uma resposta também escrita.

O Senhor Presidente da Câmara diz aceitar a opinião que o Senhor Silva Fernandes dera na última reunião sobre a catalogação do Património. Poderá ser um trabalho a desenvolver pela Câmara. Sobre a localização dos marcos e placas do concelho, ainda não está feito qualquer trabalho. A resposta ao requerimento sobre o Museu do Vinho considera estar dada na ata, mas pode mandar fazer um documento por escrito como resposta.

O Senhor Sebastião Mesquita diz que acaba por não ter resposta ao que pergunta. Quanto aos custos com a logística do programa televisivo, acabou só por saber serem 150 pessoas deslocadas. Quanto custou cada pessoa, questiona. Têm de se saber valores, devendo haver uma previsão dos custos, antes de ter acontecido o referido espetáculo. Sobre o corredor elétrico, não vê estar em causa o valor que as pessoas vão receber pela colocação das torres. Esclarece que nem que paguem dez, ou vinte mil euros por essa colocação, em todo o corredor de passagem da linha, nem um eucalipto se poderá plantar. Estamos a vender o futuro, uma faixa do nosso concelho, onde a linha de muito alta tensão vai passar, à semelhança das que já temos. O importante é que nada se poderá plantar nessa zona. "Se o concelho tiver mais-valias, se lhe provar que iremos ser ressarcidos na ocupação futura deve ser a longo prazo, pois é nessas condições que estamos a vender. O que os proprietários vão receber pela colocação das torres entende ser uma miséria. A REN terá de pagar muito bem para isso, aliás o Senhor não sabe que negociações estão a haver." São dezassete torres neste momento, existindo algumas casas por perto. O levantamento diz ter sido feito, entende dever apresentá-lo, se há negociações ou se já houve, devendo clarificar a situação. Tem uma linha que passa em cima de uma estrutura com mais de 100 anos e não houve negociação.

O Senhor Presidente da Câmara diz que em relação ao programa da SIC não lhe fora questionado a previsão, mas sim os custos, e neste momento não os tem. Sobre a localização do palco, provavelmente a maior parte das pessoas sabe que, quando começaram a instalar o palco, infelizmente, estava depositado um corpo na capela mortuária. Perante esse facto uma das opções foi deslocalizar o palco mais para o centro da Praça. Apercebemonos que os contactos que fizeram com as Juntas de Freguesia e outras entidades, inclusive connosco, e todos forneceram listagem de pessoas do concelho que fazem atuações, ficámos admirados quando nos apercebemos que isso tinha proliferado para fora do concelho. São vários operadores e não



só a SIC que faz essa gestão. Compreende que tivessem ficado desfraldadas as pessoas que foram contactadas perante a confrontação de não participação no programa. Sobre o corredor elétrico, a garantia que deram, é que toda a linha não passa, nem que seja sobre um casebre, a menos de 100 metros. Dissera estarem a tentar arranjar forma de que seja taxada a passagem, precisamente para garantir que esse tal corredor de cerca de 25 metros para cada lado, seja recompensado, havendo situações em que podem plantar certas espécies, atendendo à dimensão das mesmas. Estamos a negociar, e o estudo não está finalizado. Depois de concluído, e sendo aprovado, poder-se-ão acertar situações antes de ir à APA, para aprovação definitiva. Como dissera há pessoas que estão contentes, tendo de se respeitar a sua opinião, havendo outras que querem mais-valias nos territórios.

O Senhor Vítor Tomé esclarece que nem precisa de lhe dar resposta, mas não falara numa, nem duas lâmpadas, mas sim numa rua inteira que não tem iluminação. Sobre o Museu do Vinho adorava que funcionasse bem, e como tal alertara. Fê-lo, por um descargo de consciência, e encaminhará ao Senhor Presidente os emails do grupo da Sogrape para que não fiquem dúvidas. Na questão dos expositores na Feira dos Saberes e Sabores, falou num expositor que estava fora, e esse género de exposição em barracas fica muito caro. O Senhor falou em filho da terra, no entanto considera que filhos da terra não são os que nela nascem, mas sim quem a valoriza, dignifica e engrandece, não quem se lembra ser da terra, quando para benefício próprio. Em tudo o que se faz, entende sermos muito pouco-bairristas, não nos defendemos, e quando algo se organiza, em primeiro lugar deve ser para os nossos.

O Senhor Presidente da Câmara dirigindo-se ao Senhor Vítor Tomé responde com as suas últimas palavras, estamos para defender, em primeiro lugar, quem cá está pretendendo sempre fazer isso, mas os expositores de fora também levam o nome da Pesqueira a outros locais. Entendemos ainda que quando vamos representar a Pesqueira, gostamos de ser bem recebidos, sendo a ideia de também dar esse retorno. Como é óbvio, queremos que o Museu do Vinho funcione com qualidade, ainda não dispõem de pessoas especializadas, e é com essas advertências que nos preparamos. Os funcionários da Caixa Geral de Depósitos disseram-lhe que queriam vir visitar o Museu por isso achou estranho o que referira.

O Senhor Joaquim Monteiro manifesta a sua preocupação em relação à linha de alta tensão. Pelo que ouve, parece-lhe estar já tudo definido. Sabe que estivera em discussão pública, devido ao impacto ambiental, a freguesia de Ervedosa do Douro opusera-se à passagem da linha. "Acha que Nagoselo, Soutelo e Castanheiro são mais afetadas, devia tomar-se uma posição e a Câmara também o fizera." A barragem está a ser construída, o que parece não ser certo, é que o corredor seja este. Defende que seja o corredor ribeirinho, e que atravesse a Folgosa. "Os turistas dos barcos não podem ver as linhas, mas nós temos que as ver a atravessar. Já temos em Ervedosa, duas de muito alta tensão perigosas. Sabe o perigo que representam quando chove e há trovoada. Para isso, não andemos a brincar ao Plano do PIOT." Numa apresentação fomos todos contra a passagem da linha, achando que o PIOT prevê que não passe. "Alguém viera ter com ele e perguntou em que ponto estavam. Fora-lhe respondido que na empresa ninguém dá a cara, Andarmos todos a ver se recebemos mais 7 ou 8 mil euros por poste é complicado." Passar esta linha no Alto Douro Vinhateiro é inteiramente contra. As três ou quatros freguesias são o polo mais atrativo em termos paisagísticos do Douro e



da sua produção vitivinícola. A informação que tivera é que não é uma situação definitiva, dado que a Quinta Velha, Symington e as Associações Ambientais, tinham levado a questão ao Tribunal europeu.

O Senhor Presidente diz ser preocupante e que continua em estudo. O Senhor Sebastião Mesquita dissera que já está definido. A informação que lhe deram, há poucos dias, numa reunião em Armamar, com a Câmara também de Tabuaço, é que não está nada definido. A empresa ATKINS está a fazer o estudo para a EDP, por sua vez a EDP, também faz algum trabalho para apresentação do documento final a fim de ir a aprovação. Existe trabalho feito, mas nada de definitivo.

O Senhor Sebastião Mesquita intervem para esclarecer, que "neste momento, o traçado que conhece vem do Tua, atravessa o nosso concelho na barragem da Valeira e vem juntar-se numa das linhas existentes, tirar uma parede e construir uma nova. Construindo de novo desistem da outra velha, vindo as duas linhas numa só, via Valeira. Estão a lançar o isco desta forma, chegados aqui acima, deriva novamente indo desviar dezassete torres."

O Senhor Presidente da Câmara esclarece que eram quatro corredores. O que está em estudo foi a opção 2, precisamente o corredor que passa na Valeira-Pesqueira, que passava em Nagoselo-Soutelo-Ervedosa-Castanheiro e depois entram em Tabuaço. Neste momento o corredor Nagoselo-Soutelo está fora de questão, não sendo atravessadas pela linha de alta tensão. A empresa ATKINS está a trabalhar há algum tempo este projeto. Como sabem em virtude do programa da candidatura de eletrificação rural, andamos a fazer esse estudo.

O Senhor Joaquim Monteiro entende que se esse desvio for pela Valeira e deixar de passar por aqui é porque as grandes quintas se mexeram. Desabafa preocupado que "podem ficar lá em baixo, mas nós cortamos os postes de alta tensão."

O Senhor Presidente da Assembleia anuncia que o período de Antes da Ordem do Dia finalizara. Informa que o documento sobre o Orçamento Participativo, entregue à Mesa pelo Senhor Silva Fernandes, irá ser remetido ao Executivo, a quem competirá delinear e determinar as regras legais que terá de seguir, ficando a seu cargo essa análise.

PONTO 1 – Apreciação da Atividade Municipal;

O Senhor Presidente da Assembleia passou ao período da Ordem do Dia com a apreciação do primeiro ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente agradece referindo que o documento refere o que acharam de mais relevante. Havendo alguma dúvida está ao dispor para qualquer esclarecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia declara aceitar inscrições, tendo-se inscrito para intervir a Senhoras Maria Helena, Lourdes Marinho e os Senhores Joaquim Monteiro, Vítor Monteiro, Vítor Tomé, Silva Fernandes e António Froufe.

A Senhora Maria Helena aproveita para cumprimentar a Mesa, o Executivo, Senhores Presidentes de Junta, Membros da Assembleia e público presente. Sobre o ponto em discussão, refere que se congratula com a medida de implementação da atividade física e natação no pré-escolar, entendendo que as aulas de natação deviam ser extensivas aos alunos do 1.º ciclo. Em anos anteriores os alunos usufruíram dessa atividade, não compreende o porquê de terem deixado de ser lecionadas. Os Encarregados de Educação no início do ano questionam, não compreendendo que essa atividade não esteja integrada nas atividades extracurriculares. Constando na ficha de



inscrição, constatam não serem colocadas em prática, ficando na esperança que não sendo iniciadas no 1.º período o seriam quando o tempo do inverno acabasse. Apelou ao Executivo que no caso de não ser possível a implementação dessa atividade semanalmente, estudassem a hipótese de a alternar com a atividade física. Sobre o Museu do Vinho considera importante haver alguém preparado para acompanhar os grupos. Fizera uma visita experimental com um grupo do 4.ºano, foram acompanhados por duas pessoas que explicaram muito bem o funcionamento e temáticas apresentadas, correu bem, tendo-se aprendido bastante. Na segunda visita, com um grupo do 2.º ano, as rececionistas estavam à espera que seguíssemos os percursos definidos. Alertaram para a existência dos quadros interativos, nos quais não deveríamos tocar, nem deixar as crianças mexer. Considera importante que alguém acompanhe, justificando-se ainda mais essa presença, quando os grupos são formados por crianças.

O Senhor Joaquim Monteiro gostava de saber, reportando-se ao "apoio dos estatutos para a criação de uma nova Associação" qual é a Associação e em que área vai efetivar a sua ação. Sobre a informação em matéria de candidatura ao programa de desenvolvimento rural 2020, considera importante fazer-se a devida divulgação. Houve reuniões da CAP, debateram o assunto relativo aos subsídios, mas há outros assuntos importantes que se devem saber. Gostava que se fizessem debates sobre esta matéria, dado encontrarmo-nos numa fase inicial, e quanto mais se estiver informado, melhor se poderão aproveitar esses fundos.

O Senhor Vítor Tomé, e referindo-se à requalificação da sala de musculação e exercício, diz não ser frequentador, mas tivera conhecimento de que o ginásio fecha das 17.00h às 18.00h. Ficara um pouco incrédulo, mas gostava de ser esclarecido. Sobre a viatura do CLDS PI+PA, fala não só como Membro da Assembleia, mas também como Membro da Direção do Centro Social e Paroquial de Trevões. No seguimento de reuniões com o ACES, houve comunicações com o Senhor Vice-Presidente, pois pretendiam colocar a valência da carrinha ao serviço. Da parte do CSPT, logo responderam à solicitação, estando dispostos a prestar toda a ajuda. O tempo passou, não havendo nenhum avanço. Seria uma resposta social à altura, a parte mais difícil está executada, a carrinha está pronta a funcionar, só faltando o desenvolvimento dos protocolos, arrastando-se esta burocracia há quatro anos.

O Senhor Vítor Monteiro sugere "não repetirem pontos que já foram apresentados na última reunião de Assembleia. Os dois primeiros pontos, não havia necessidade de os colocar, uma vez contemporizados nesta informação, pergunta se é apoio logístico ou monetário, agradecendo que lhe fosse prestada essa informação. Sobre a participação no SISAB, já não é a primeira vez que participamos neste salão, é a favor desses eventos, desde que se faça uma avaliação das participações." Questiona se há, ou se já foi feito, algum estudo e se há alguma informação da última feira.

O Senhor António Froufe cumprimentando os presentes disse esperar que o Município crie uma equipa para o programa 2020, de modo que não tenhamos os frutos que tiveram no Plano anterior do PRODER, que por ter sido feito "ao molho e fé em Deus, deu no que deu". Na descrição da informação do Município diz que não preveem nenhum tipo de obra, aproveitando para pedir que façam algumas obras nas freguesias, pois não vê nenhuma obra em curso, sendo o momento oportuno de as lançar.



A Senhora Lourdes Marinho na sua intervenção disse dirigir-se com toda a franqueza ao Senhor António Froufe para dizer que a informação da Atividade do Município analisada nas reuniões, não tem nada que especificar as obras que vão executar. Isso foi feito no Plano de Atividades e Orcamento verificando-se que até é mais contemplado do que outros nas obras que têm sido executados. Para além das que a Câmara faz há muito quem o ajude. mais razão tendo de se queixar Ervedosa. Os Presidentes das Juntas têm que puxar pelos seus interesses, mas perante o Plano de Atividades da Câmara, nesta altura não acha oportuno, pois a informação da Atividade desenvolvida é de acordo com o aprovado nesse Plano. Se não apareceram obras, não podem colocá-las na informação que vão desenvolvendo. Por seu lado também gostaria que as verbas orçamentadas e dispersas nas rúbricas "outros" e "designação de estudos e projetos" tivessem sido aproveitadas para a construção de um CAT que propusera na altura e não vira comtemplado. Em relação ao Museu do Vinho reconhece ser necessário haver funcionários com formação para servir de quia nas visitas. Compreende que tenha de se melhorar, o Museu abriu há pouco tempo, o espólio ainda não é muito vasto e informaticamente está muito bem conseguido, sendo dos poucos Museus tematicamente simples, objetivo e concreto. Considera que supervisionar é importante, os painéis interativos são fáceis de consultar, mas nem todos os visitantes saberão usufruir da informação que comportam, pelo que vê a necessidade de acompanhamento por alguém qualificado para tal. O Senhor Presidente da Câmara intervem para responder à Senhora Maria Helena referindo que a atividade da piscina tem a ver com o problema de horários escolares que não são compatíveis com o horário da natação. Regista a sugestão de abranger o maior número de alunos, havendo todo o interesse em tentar alternar a atividade física com a da piscina. Quanto ao Museu do Vinho, todas as críticas são favoráveis, no entanto entende que seria má gestão da Câmara, contratar pessoas, sem conhecerem bem, augis as reais necessidades. De igual forma procederam, quando da abertura da Biblioteca Municipal, deslocalizaram-se funcionários da Câmara, para assegurarem os serviços, sendo o que estão a fazer, com a adaptação à realidade do Museu. Ao Senhor Joaquim Monteiro responde que o apoio assinalado na criação dos Estatutos para uma nova Associação se denomina "AORTA" e está a ser criada em Nagoselo, com bastante abrangência de atividades. Sobre o programa 2020, estiveram os dois na última apresentação, tendo ficado com a ideia de que arrancaria em fevereiro. Novas áreas, a partir de agora, irão começar a aparecer e mais informação também. Em conjunto com a Capital Douro e uma empresa de Vila Real, a Câmara nos dias 12 e 13 de março, às 18h neste auditório irá reunir. Além disso o nosso gabinete de empreendedorismo está a recolher informação para que se possa, o mais rápido possível, fazer divulgação. Ao Senhor Vítor Tomé diz que o ainásio, entre as 17.00h e 18.00h, funciona em regime livre, sem professores. Quem quiser usufruir do espaço pode sempre fazê-lo. Tem sido uma preocupação, colocar a carrinha a funcionar com o major número de valências possíveis. Está marcada uma reunião, segunda-feira à tarde, com o ACES e o CC, para tentar, com a anuência do diretor, avançar e ultrapassar esta dificuldade que se vem arrastando há bastante tempo. Ao Senhor Vitor Monteiro diz respeitar a sua opinião sobre a informação municipal. No Gabinete de empreendedorismo tentamos apoiar tudo o que tem a ver com essa temática. Quanto à SISAB, a Câmara representa os produtores, avaliando o evento pela quantidade de pessoas que os vão contactar para se



informarem sobre os produtos que expomos. O ano passado trouxeram uma quantidade razoável de cartões que se fizeram entregar a quem de direito, para comunicação e negócio. Não somos nós que negociamos, damos informação de quem produz, sendo a venda dos produtos feita diretamente pelos interessados. Ao Senhor António Froufe diz que o Programa 2007/2013 acabara e não foi feito em cima do joelho. Trevões fora contemplada com obras de requalificação de cerca de 400 mil euros. Quando as candidaturas abriram, e dada a necessidade de apresentação das mesmas, usaram-se táticas que depois foram estruturadas, aparecendo obra feita e que ainda continuamos.

O Senhor Joaquim Monteiro a propósito da Associação AORTA diz existir uma nova Associação de Juventude denominada EDEN que a Câmara apoiou, na sua freguesia, em Casais do Douro e que poderia também ter sido mencionada na informação da Câmara.

O Senhor António Froufe diz querer fazer um reparo e dizer à Senhora Maria de Lourdes que fora eleito pela população de Trevões e Espinhosa e não por ela. Defende o interesse da sua freguesia, fizera a pergunta ao Senhor Presidente e "você não tem o direito de me responder", "que eu até tenho mais ajudas ou que a União de Freguesias tem ajudas para além do Município, não tem nada a ver com isso."

O Senhor Presidente da Assembleia deu por terminada o ponto 1.

PONTO 2- Análise, discussão e votação da Proposta de Alteração do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de São João da Pesqueira;

O Senhor Presidente da Câmara esclarece ser um documento mais técnico que politico. Há obrigatoriedade de o elaborar. Sobre a parte técnica havendo alguma dúvida, esclarecerá.

A Senhora Lourdes Marinho diz ter notado que o capitulo II, Direitos e Deveres, na alínea h) do art.º 10° se refere à limpeza. Entende que a Resinorte, uma vez que é a empresa que tem a responsabilidade da recolha do lixo, também deverá ter a preocupação da limpeza dos contentores. Essa raramente é feita. Não sabe se alguma vez fora realizada pelas Juntas. Os contentores estão frequentemente com as tampas avariadas, entrando água quando chove, ficando o lixo a apodrecer. No verão é impossível passar-se junto desses recipientes. Nesse capítulo do Regulamento deveria contemporizar-se essa limpeza, imputando essa responsabilidade à empresa de recolha, bem como a limpeza de espaço de implantação dos contentores e da sua substituição, quando se encontram danificados.

O Senhor Presidente da Câmara informa que quem assegura a limpeza dos contentores de resíduos é a Câmara. Têm essa preocupação, mas não têm meios. Há um contrato com uma empresa para proceder à limpeza seis vezes por ano. Com a aquisição do novo carro de limpeza prevê a lavagem dos contentores, logo que despejados no camião. Previmos também a colocação de autocolantes, lembrando o que não podem depositar nesses recipientes de recolha.

O Senhor Presidente da Assembleia não tendo mais inscrições para intervenção, coloca o Regulamento a votaç**ão**, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO 3- Substituição de Membro designado pela Assembleia Municipal como representante na CPCJ;

O Senhor Presidente da Assembleia informa que esta eleição se justifica pelo facto de o Enfermeiro Francisco Simão ter terminado o mandato. Pede para que sejam entregues à mesa propostas de listas para que se possa proceder à votação. Concedeu o tempo necessário para que apresentem propostas, permitindo também intervenções.

O Senhor Joaquim Monteiro não vai indicar nomes, porque entende estar já indicado para ser votado. Gostaria que fosse alguém com responsabilidade, sensibilidade e ligado aos problemas das crianças e jovens.

O Senhor Fernando Pereira intervém, e no seguimento do que fora dito pelo Senhor Joaquim Monteiro, afirmou que a proposta da bancada do PSD, se baseou em dois aspetos importantes. Um deles ser alguém ligado aos jovens, o outro pormenor é permitir que uma instituição desta terra tenha um representante nesse órgão da CPCJ. Fala na Professora Maria Alzira Bastardo Gaspar que leciona na Escola Profissional, que como sabem integra jovens com idades até aos 18 anos. O objetivo da proposta é fazer representar uma escola que não tem feito parte da Comissão.

O Senhor Joaquim Monteiro diz concordar com o nome mas que na sociedade civil há muita gente que sabe lidar com jovens, exemplificando com algumas Associações. Acrescenta que a maior problemática da CPCJ são as crianças e as famílias.

O Senhor Presidente da Assembleia concede cinco minutos para organização e apresentação das propostas à Mesa. De seguida anunciou a entrega à Mesa de duas propostas, uma apresentada pela bancada do PNT, para a eleição como representante na CPCJ, a Senhora Professora Maria Helena. O grupo parlamentar do PSD apresentou para eleição a Senhora Professora Maria Alzira Bastardo Gaspar.

Definiu-se ser a lista A, a da bancada do PNT e a lista B, a da bancada do PSD. Depois de se ter procedido à votação, por voto secreto, o Senhor Presidente anunciou que a Lista mais votada foi a B, tendo sido eleita como representante na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens a Senhora Professora Maria Alzira Bastardo Gaspar com 10 votos, tendo a lista B 9 votos e existindo um voto em branco.

PONTO 4- Eleição de dois Presidentes de Junta de freguesia (efetivo e substituto) para integrar o XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

Para a eleição a bancada do PNT propôs os Senhores Presidentes de Junta António Froufe e Jorge Andrade, como membro efetivo e suplente, respetivamente, a bancada do PSD apresentou como efetivo o Senhor Presidente de Junta Teófilo Anjos e como substituto o Senhor José Manuel. Após a contagem dos votos verificou-se um empate, 10 votos para cada uma das listas.

O Senhor Presidente da Câmara colocou a hipótese de chegarem a um consenso e fazerem-se representar por um Presidente de Junta efetivo de um eleito afeto a uma bancada e um suplente pela outra. A acontecer não haver consenso entre as partes, será extemporâneo fazê-lo em nova Assembleia, pois já não haverá necessidade de escolha, porque o congresso já passou, não havendo representação das Juntas.

O Senhor António Froufe não fazendo parte da bancada do PNT nem do PSD autoriza a retirada do seu nome.



O Senhor Norberto Vieira defende ter de haver nova votação.

O Senhor Joaquim Monteiro afirma que quem terá de decidir são os grupos que apresentaram as listas. A proposta que lhe parece melhor é fazerem-se representar com dois efetivos um de cada grupo parlamentar.

O Senhor Silva Fernandes diz nunca ter problemas em dizer o que quer e responsabilizar-se por isso. Não se sente oposição de nada nem de ninguém, lembrando que no exercício da política se deve olhar a quem é bom. Exemplificou para ilustração do que dissera a postura de altos dirigentes governamentais que têm escolhido para determinadas funções pessoas politicamente opostas aos seus ideais.

O Senhor Fernando Pereira diz ter-se procedido a uma votação por voto secreto e livre. Registando-se um empate, entende não ter de haver guerras, Norte, Sul, A ou B sendo normal cada um defender os seus ideais políticos. Na primeira situação (Ponto 3) houve abordagem e discutiu-se um nome. Neste caso não houve abordagem. Entende normal haver um empate, encontrando-se uma solução conciliadora, porque não aceitá-la, interroga. Radicalizar não faz sentido, fora ele que apresentara a proposta pela bancada do PSD, terá todo o gosto de aceitar que a proposta seja intercalar e sairmos todos a ganhar.

O Senhor Teófilo Anjos diz fazer sentido a representação ser feita pelos dois efetivos eleitos nas duas listas.

O Senhor Presidente da Assembleia afirma que gosta de se pautar por um critério de razoabilidade havendo extremismos, terá de os aceitar. Está na lei e procederemos a nova votação, mantendo-se os mesmos critérios para as listas.

O Senhor Joaquim Monteiro alerta o Senhor Presidente que há mais um membro na sala que tem direito a voto.

A Senhora Lourdes Marinho confirma que se ausentara antes das eleições dos pontos 3 e 4 e que reentrara naquele momento.

Entre o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Joaquim Monteiro trocaram-se opiniões sobre a saída e entrada do Senhor Membro da Assembleia Municipal, Eduardo Coelho. Apercebendo-se da confusão gerada, o Senhor Eduardo Coelho refere que assume a falta. Apesar da insistência do Presidente da Mesa em manter-se na sala, o Senhor Eduardo Coelho preferiu abandonar a reunião às 18 horas.

Definiu-se ser a lista A, a da bancada do PNT e a lista B, a da bancada do PSD. Depois de se ter procedido à votação, por voto secreto, o Senhor Presidente anunciou que a Lista mais votada foi a B, afeta ao PSD, com oito votos, tendo a lista A da bancada do PNT cinco votos, existindo ainda seis votos brancos e um voto nulo.

O Senhor Silva Fernandes e o Senhor Vítor Tomé ausentaram-se da reunião cerca das 18:30.

O Senhor Joaquim Monteiro verbaliza um voto de protesto pelo modo como o Senhor Presidente da Assembleia se comportou, fazendo com que um Membro abandonasse a reunião, interferindo na votação que podia ter tomado uma outra diretiva, e assim conseguiu dividir as pessoas. Pede que fique registado em ata esta sua postura. "Desencadeou uma situação pouco agradável e um Membro que se ausentara dez minutos acabou por não votar e abandonar a reunião. "Defendia a posição sugerida pelo Senhor Presidente da Câmara por ser mais justa."

O Senhor Presidente da Assembleia disse ao Senhor Joaquim Monteiro que ouvisse a gravação para ver se fora isso que aconteceu.





PONTO 5- Votação da Alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro;

Esclarece que embora o ponto seja só objeto de votação, entendera convidar o Senhor Engenheiro Noronha na qualidade de secretário executivo da CIMDouro para expor esta problemática e de uma forma sintética explicar um documento que é muito extenso.

O Senhor Engenheiro Noronha cumprimentando os presentes começou por referir que o documento que se apresenta a votação é uma alteração ao Plano que vem do ano de 2003. Começara no ano 2000, com a apresentação da candidatura "Douro, Património da Humanidade" pela fundação Afonso Henriques que exigia um plano de gestão. Na altura, o governo português entendeu ser um plano Intermunicipal do Ordenamento do Território, com todas as questões que levanta, sendo até hoje o único que existe. Em 2010/2011, técnicos da UNESCO fizeram uma visita a Portugal verificando haver um conjunto de intervenções com um impacto muito negativo, na paisagem, Património Mundial que não tinham sido reportadas. O que mais lhes chamara a atenção fora a construção da A24, que atravessa a área classificada. Perante a advertência do comité e do conjunto de incongruências detetadas que não correspondiam ao Plano que existia a CCDRN assumira junto da UNESCO rever o Plano Intermunicipal. Como se trata de um Plano de Gestão de Território apresentaram-se duas alternativas. Ou fazer-se uma revisão profunda ou uma alteração. A estratégia governamental apontava para uma alteração pontual, dando a entender à UNESCO que as alterações se tratariam de algumas adaptações. Com base nos anexos A e B foi construída esta alteração do Plano Intermunicipal. Reflete-se também no anexo D, no qual aparece um quadro com a resolução ministerial e a proposta final. Uma primeira proposta era composta por um conjunto de regras mais apertadas, outra fora sujeita a uma conferência com todas as entidades públicas com intervenção no território, nomeadamente Agência Portuguesa do Ambiente, do Instituto de Conservação das Florestas que nos impuseram colocar no plano um conjunto de regras, que, a não serem cumpridas, o Estado não aprovaria. Na fase de inquérito público, receberam um conjunto de pronúncias, das quais duas da Câmara Municipal de São João da Pesqueira, uma da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro, outra de elementos desta Câmara Municipal, além de exportadores e movimentos ligados à agricultura. Resultou daí a aceitação da maioria das sugestões, à exclusão de duas que não foram aceites. Uma, do gestor do bem da CCDRN, que se relaciona com a não-aceitação da retirada do PIOT da proibição de transferência de direitos de propriedade e plantação fora da Região Demarcada do Douro, para dentro da mesma. Algumas Associações de agricultores e exportadores queriam que essa cláusula saísse do PIOT, porque diziam ser uma competência do concelho intermunicipal. A CCDRN entende ser uma questão de estratégia de território, assumindo a não retirada do PIOT. Outra proposta retirada tem a ver com as linhas de alta, média, baixa tensão e fibra ótica que atravessam o Alto Douro Vinhateiro que defendiam ser subterrâneas. O documento do PIOT é composto por dois volumes. O primeiro é a repetição do diagnóstico histórico de 2003, o segundo volume reporta às orientações estratégicas, com duas componentes, uma de orientação normativa e outra é o Plano de Ação. Conjuntamente com estes volumes. existem 4 anexos, sendo que o anexo A e B são o resultado da avaliação feita pela CCDRN que decorrera da imposição do comité do Património Mundial.

\$

Foi entregue em Paris numa reunião onde fora apreciado e votado. O anexo C é a declaração da UNESCO, como Património. O anexo D refere a história deste procedimento. Este documento é menos restritivo do que o anterior, vindo de encontro a um documento que a CCDR e o Ministério da Agricultura tinham e que se denomina "Guia de Boas Práticas". Esse Guia já contemporizava um conjunto de regras mais as que implicam a armação dos espaços agrícolas. Esse manual de "Boas Práticas" que ainda existe tem mais restrições do que o documento do PIOT. Houve alterações nas designações muito discutidas quer nos Municípios, quer na fase de discussão pública que estão descritas no capítulo III e IV. Este documento que têm para aprovação é a quarta ou quinta versão resultante da discussão e com algum consenso na região. O único ponto que nunca tivera consenso até ao final, acabou por ser alterado em conformidade com as sugestões - a armação dos solos, que estão sobre a altura dos patamares espaço entre os bardos e o que se pode plantar nos declives.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Engenheiro, interpelando se alguém desejava inscrever-se para tirar dúvidas, ou esclarecimentos.

O Senhor Joaquim Monteiro agradece a presença e esclarecimentos do Senhor Engenheiro Noronha. Em representação da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro colaborara sempre, propondo e assistindo a reuniões, tentando sempre informar-se, mas reconhece, lamentando, que o Douro se restrinja a uma intervenção tão pequena de Associações e exportadores. Afirma que a Câmara de São João da Pesqueira fora daquelas que mais contributos dera, e que a Câmara da Carrazeda também se movimentara. Ao ler a proposta, ficara preocupado com a plantação da vinha em encostas com inclinação superior a 50%. No plano anterior não era assim, no que fora apresentado também não. Neste Plano é mencionado dessa forma, acha que prejudica demasiado os pequenos e médios agricultores, dado serem esses, os proprietários de parcelas com menos área. Sobre a alteração da passagem de linhas de alta tensão, de condução de energia e telecomunicações, não se percebe se é proibido ou não.

O Senhor Engenheiro esclarece que a questão do declive e possibilidade de quando a parcela estiver ocupada por outras culturas foi muito discutida. A reposição dos muros e a manutenção dos socalcos é uma questão muito importante para a UNESCO, porque na classificação da paisagem esses fatores foram essenciais. O objetivo tem sido sempre o mesmo, haver a recuperação dos socalcos originais. Chegou-se a um consenso em certas situações, e dependendo de negociação, pode conseguir provar-se que se vai gastar mais na recuperação do muro, do que na exploração agrícola. Assim sendo, pode nem ter que se fazer a reposição dos muros pré-existentes. Anteriormente, só era permitida a plantação em declives superiores a 50%, desde que houvesse e se mantivessem os muros, nestas condições permite ir mais longe. O mesmo se passa com as linhas de alta tensão e vias de comunicação, e nessa discussão havia duas correntes. Uns achavam que devia ser entredito, para proteção do bem (Património da Humanidade), outros defendiam que podíamos correr o risco de impedir uma série de atividades de desenvolvimento económico para a região. Na ponderação dessas duas questões, temos de perante a UNESCO, manifestar que tem de haver um equilíbrio entre manter o que está e permitir que novos investimentos sejam efetuados.

9

O Senhor Joaquim Monteiro concorda que tenhamos de preservar o bem Alto Douro Vinhateiro, mas comporta muitos custos. Deveríamos melhorar, contudo, gostaria que a alínea i) pudesse ter outra avaliação no sentido da sua interpretação e esclarecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia declara ter deixado acabar a intervenção, mas reconhece que alguns Membros da Assembleia se ausentaram pelo que de momento não existia quórum. Um deixou a sua documentação, não sabendo se regressará, pelo que não existindo quórum para prosseguir a reunião vai aguardar-se 5 minutos. Terminado o tempo concedido e dada a existência de quórum foi feita a votação tendo sido aprovado por unanimidade, com uma nota justificativa do Senhor Fernando Pereira e com declarações de voto dos Senhores Joaquim Monteiro e Sebastião Mesquita.

Nota Justificativa

A atual legislação permite a plantação de vinha em encostas com declive superior a 50%, desde que a parcela tenha vinha, olival, ou amendoal (ponto 6, alínea d, das Orientações Normativas do PIOT ADV, aprovado pela RCM n.º150/2003, de 22 de Setembro).

A proposta inicial do PIOT ADV, levada a discussão pública, mantinha a possibilidade de plantação de vinha em encostas com declives superior a 50% desde que a parcela estivesse ocupada com vinha, ou olival (ponto 3.4.2, alínea f).

Após o período de discussão pública, a versão definitiva, agora em votação nas AM, interdita a plantação em encostas com declives superiores a 50% (ponto 3.4.2, alínea e).)

Contudo, a alínea i, do mesmo ponto 3.4.2 abre uma exceção ao disposto na referida alínea e) embora com uma redação dúbia e pouco esclarecedora sobre a possibilidade de plantação.

Esta situação pode originar situações de algum conflito e de claro prejuízo para os nossos agricultores, pois em última análise limita aquela possibilidade ao critério do técnico do técnico que analisar o pedido de plantação.

Tal situação é obviamente contrária aos interesses dos nossos agricultores uma vez que, como é sabido, a maioria têm plantações em encostas de inclinação superior a 50%.

Nestes termos o grupo parlamentar do PSD vota favoravelmente a proposta de alteração ao PIOT ADV com a ressalva, que se pretende bem clara e inequívoca, de que a interpretação conjugada das alíneas e) e i) do ponto 3.4.2. deverá ser suficientemente lata e flexível para a que a sua aplicação concreta no terreno pelos técnicos tenha sempre em consideração os superiores interesses dos nossos agricultores no respeito pela especificidade das condições orográficas da nossa região e das ancestrais técnicas de cultivo.

Pela bancada do PSD Fernando Pereira

6 6

Declaração de voto

44

Na atual legislação é permitida a plantação da vinha em encostas com declive superior a 50% desde que a parcela tenha vinha, olival, ou amendoal (art. 3.4.2, alínea d).

No período de discussão pública também era possível a plantação de vinha em encostas com declive superior a 50% desde que a parcela estivesse ocupada com vinha ou olival (art.3.4.2, alínea f).

Após o período de discussão pública e na versão definitiva e aprovada pela CIMDOURO e agora em votação pelas AM, é interdita a plantação em encostas com declives superiores a 50% (art.3.4.2, alínea e).

Contudo existe uma alínea i), no mesmo artigo, que supostamente complementa a alínea e), mas não é esclarecedora sobre a plantação. No meu entendimento, não permite a plantação. Tendo questionado alguns técnicos da área da agricultura, referem que a redação é dúbia, que deixa ao critério do técnico que analisar o pedido de plantação (o que não é correto). Esta redação deveria ser mais esclarecedora... e pode prejudicar muitos agricultores do concelho, uma vez que o mesmo é maioritariamente com encostas de inclinação superior a 50%.

Joaquim Monteiro

O Senhor Sebastião Mesquita diz que tanta discussão nesta fase está fora de tempo. Em novembro quando estivera em discussão pública tinha sido a altura, agora não temos mais a dizer, a não ser votar.

PONTO 6- Análise, discussão e votação do ponto 1 do artigo 9.º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Vítor Monteiro. O Senhor Vítor Monteiro refere a alínea c) do ponto 1 do art.º 9.º deve ler-se "através de email, sempre que o Membro da Assembleia Municipal, manifeste essa vontade, assumindo a responsabilidade de acusar a sua receção".

O Senhor Fernando Pereira diz que o que a bancada do PSD não se opõe à alteração, no entanto deve manter-se por regra envio por meio eletrónico das convocatórias e respetivos documentos. Do correio em suporte de papel, temos, a perceção que imprimindo a totalidade dos documentos, falamos e cerca de 2 mil folhas para cada membro, tornando-se incomportável. Concordamos com essa alteração, "envio em suporte de papel e pelo correio, desde que requerida e fundamentada a pretensão", mas reafirma o envio por via eletrónica, ficando disponível no site, seria mais fácil, menos morosa e onerosa.



A Senhora Maria Helena concorda com o envio da documentação por email, em situações com muita informação para análise torna-se muito cansativo. Solicitar para ter acesso à documentação em papel é mais viável. O Senhor Norberto Vieira é de opinião que ter acesso aos documentos em papel é mais eficaz.

O Senhor Vítor Monteiro diz que o problema não se põe quando se trata de umas quantas folhas, mas quando é enviado muito material, além de se tornar de difícil consulta, muita gente vai solicitar. Acabando por se chegar um consenso entre as duas propostas manter-se-á o envio via online e email e, caso se pretenda receber os documentos em suporte papel e pelo correio, solicitá-lo ao Senhor Presidente da Assembleia, tendo sido aprovada por unanimidade.

Ponto 7 - Análise e discussão do documento referente à Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região do Douro (2014-2020).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palava ao Senhor Engenheiro Noronha, secretário executivo da CIMDouro que fez a apresentação do tema em PowerPoint. Referiu, que contrariamente ao último programa, em que havia regras individuais para cada um dos fundos comunitários, neste próximo período harmonizaram-se regras comuns a todos o fundos estruturais num Regulamento orientado com o objetivo de que a União Europeia cresça em três vertentes: crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Esse regulamento garante que esses fundos são utilizados de forma harmonizada e articulada. Define um quadro estratégico com 11 objetivos temáticos e 52 prioridades. Cada Estado membro apresenta um documento onde são refletidas as prioridades do País abrangendo os cinco fundos. Foram negociados na Comissão Europeia acordos de parceria que acumula as prioridades, e a partir daí, construídos os programas operacionais, no qual Portugal é contemplado com 16 prioridades, dos quais 7 regionais, 5 continentais, 2 para os Açores e 2 para a Madeira. Estes programas contemplam prioridades de investimento, transformando-os em ações concretas. Pela primeira vez, foram objeto de negociação com a Comissão Europeia que decide quais as prioridades de investimento e quais as que vai aceitar. No caso português, não aceitariam mais investimentos em estradas, escolas e equipamentos de saúde, porque o País estatisticamente, está acima da média Europeia. Com esta nova filosofia temos os investimentos territoriais integrados (ITI), nos quais um território cria uma estratégia um conjunto de ações que irá executar e cujo financiamento deve vir do FEDER. Para estes ITI's a Comunidade entendeu contratar a equipa do Gabinete do Professor Álvaro Mateus & Associados, para assessorar esta estratégia de desenvolvimento, construindo um diagnóstico da região, com eixos estratégicos de atuação. Pretende-se que a região atinja até 2020 uma maior identidade, seja mais inteligente, mais inclusiva e integrada, promovendo a sua cultura, tradição, competitividade económica e social, uma região de referência dos produtos endógenos e de oferta turística. É uma região na qual se pretende uma governação e concertação institucional. É necessário reduzir as assimetrias sociais e territoriais, promover a requalificação de recursos humanos, reforçar a competitividade e internacionalização das nossas empresas, promover a iniciativa empresarial na área do turismo e valorizar o Património natural e cultural. É necessário tirar mais partido das energias renováveis, promover a eficiência energética, valorizar os nossos centros urbanos, aproveitar a projeção do Douro quer a nível nacional, quer a nível global e reforçar a



capacitação das nossas empresas. A concretização destes desafios está encerrada em quatro eixos, três deles são temáticos e um transversal.

- O 1.º eixo **competitividade**, **conhecimento e inovação** destina-se à promoção do tecido empresarial com especial atenção aos produtos endógenos, dando especial relevo ao desenvolvimento agroalimentar e à afirmação do turismo do território.
- O 2.º eixo **sustentabilidade territorial** tem a ver com o valor ambiental e paisagístico, tendo a ver com os mecanismos ligados com a proteção e salvaguarda do território, na consolidação e na qualificação urbana.
- O 3.º eixo **inclusão e exclusão social** refere-se ao isolamento, despovoamento e dispersão geográfica. Na área social temos divergido do resto do País, este eixo tende a atacar as questões de desemprego, exclusão social e do insucesso escolar.
- O 4.ºeixo redes territoriais e a governação toda a construção do novo quadro estratégico está ligado ao empreendedorismo e à inclusão social. Temos de conseguir envolver todas as entidades com alguma representatividade. Toda esta estratégia tem um modelo de governação do território, das instituições e dos projetos, nos quais os seus atores, em cooperação e concertação assumem riscos, partilham resultados e benefícios mútuos. Os responsáveis políticos têm de se entender sobre as grandes apostas e desafios e, a partir desses consensos, trabalhar a uma só voz.

Um dos fatores críticos, nas candidaturas, vão ser os indicadores não mais sendo possível a apresentação de candidaturas, onde digam que vão construir, "por exemplo", 10Km de estrada e depois no final acabarmos só por construir 8 Km. Não conseguindo atingir os objetivos, a Comissão Europeia vai dizer para devolvermos o dinheiro.

O Senhor Presidente da Assembleia agradece os esclarecimentos do Senhor Engenheiro Noronha, acrescentando que as reuniões da CIMDouro, da qual faz parte ativamente, têm sido produtivas. Dá conhecimento que na última reunião se constituíram grupos de trabalho protagonizando diferentes temáticas. Faz parte do grupo ligado à Educação/Empregabilidade/ Formação e o Senhor Silva Fernandes ao grupo relacionado com o Património/Turismo. Em janeiro efetuara-se uma reunião extraordinária, com o propósito de aprovação do documento apresentado que tinha de ser enviado à CCDRN até ao dia quinze do mesmo mês. É um documento preliminar, tendo o Presidente da Comissão Executiva da CIMDouro concordado aceitar sugestões para que possam ainda ser incluídas. Entende ser uma boa oportunidade fazê-lo até ao final do mês de março, podendo ainda ser trabalhado, dado que a avaliação final terá de ser remetida à CCDRN no mês de maio. Acrescenta que o documento fora apresentado na Ordem de Trabalhos desta reunião para analise e discussão, por entendermos haver dados a aferir que vão ao encontro de necessidades do nosso concelho.

O Senhor Engenheiro Noronha, para reforçar, diz tratar-se de um documento de estratégia a adotar, não se pretendendo que seja fechado nas intervenções que possam vir a ser executadas. O Douro tem de se encaixar na estratégia definida e não sendo bem pensado, corre o risco de, havendo intenção ou atividade importante a concretizar, não tendo sido prevista, não poder ser executada. Lembra que é um Plano até ao ano 2020. Os Municípios vão ter uma intervenção direta, quer no caso da ITI, quer para o resto das dotações financeiras. O programa tem regras nacionais uniformes, podendo criar um conjunto de constrangimentos, porque os nossos empresários, as



nossas Associações estão a competir com entidades que têm uma estruturação muito forte, daí que o trabalho em rede, ao nível de cada concelho, seja muito importante.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu mais uma vez a colaboração do Senhor Engenheiro, abrindo o ponto a discussão, tendo-se inscrito para intervir a Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho refere ser a primeira vez que analisou um plano estratégico de desenvolvimento para uma região tão abrangente como o Douro e que irá servir de base à construção do novo quadro comunitário 2014/2020. A equipa que elaborou este Plano, que teoricamente está bem feito, no entanto pensa que deviam estar a desenhá-lo como estratégia para um País muito desenvolvido da Comunidade Europeia. Fora a sua primeira crítica, dado apontarem metas impossíveis de atingir, para um País como Portugal. Países da vanguarda da C.E já tinham atingido esses índices, antes de ser criada a União Europeia. "O Plano Estratégico aplicado ao Douro é entendido como um processo de pensar e definir os futuros desejáveis e procurar concertar as decisões e os projetos estruturantes que devem ser implementados visando a melhoria do território objeto de estudo e de intervenção" este é o objetivo da equipa do Professor Augusto Mateus & Associados que o elaborou. No entanto, a Estratégia Europeia 2020 norteia-se pelo princípio de que a concretização das metas estabelecidas, têm que ser conseguidas através de um modelo de governação económica. Pretendem então um crescimento inteligente, inclusivo e sustentável. Em cada um destes crescimentos são apontados as forcas, fraquezas, oportunidades e amegas que passam por ser alertas para a elaboração de boas candidaturas, salvaguardando-as à forte concorrência entre as Câmaras, empresários, instituições e privados. Logo, no crescimento inteligente, uma das ameaças frisadas é a desvalorização do vinho, principal produto da região. Outra ameaça é a desativação de alguns troços ferroviários. Quanto a esta última ameaça, com o anterior quadro comunitário deixaram fechar o troço Pocinho-Barca d' Alva. "Como iremos hoje lutar contra entidades fortemente instaladas como a REFER, para concretizar um projeto que as Câmara, através de redes intermunicipais e transmunicipais, teriam interesse em reabrir? Como lutar com poderes instituídos, uma vez que todas as entidades interessadas na valorização do Património Mundial da Humanidade não impediram tal encerramento?" A seguir, passemos ao crescimento inclusivo e uma das ameaças é o desemprego e a pouca resposta social, de curto prazo, para a infância, famílias mais fragilizadas idosos, doentes, o contínuo processo de despovoamento e a diminuição do número de alunos dos vários níveis de ensino. "Os orçamentos que apontam são reportados com verbas à data de 2011, a inflação cresceu e com a situação política de austeridade, como vamos conseguir cumprir metas impostas pela Comissão Europeia até 2020? Será que este quadro vai ser mais transparente do que é o anterior? Não se irão desviar verbas para outras situações?" O crescimento sustentável tem uma ameaça importante para o nosso concelho, dada a sua situação de interioridade é o "adiamento do desenvolvimento de obras rodoviárias" e a "perda de competitividade ao nível da inovação e comercialização dos produtos regionais". Uma das fraquezas é também a "inexistência de uma rede de frio que permita conservar e reter os produtos agrícolas regionais". Não vê bem salvaguardado neste documento, o desenvolvimento do Douro, existindo muitas imposições e uma definição de estratégias que, embora bem fundamentadas estão cativas dos 6% que o Orçamento da Comunidade vai



disponibilizar para todo o território português e que correspondem a 19,6 mil milhões de euros. Pretende-se uma visão da Região com matriz identitária, inteligente, inclusiva e integrada, uma Região RI´s 4+, para um horizonte temporal de 2020. Para o desenvolvimento destes 4 l´s, tem de existir grande dinamização e competitividade das Câmaras. Exemplificando: com os projetos de reabilitação urbana, temos muito Património a defender, e o que lhe dera que pensar fora a metodologia dos planos estratégias de desenvolvimento territorial que têm de atender a um diagnóstico prospetivo, a uma visão estratégia, um programa temático apoiado num processo dinâmico e flexível que permita o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Implicam uma postura transdisciplinar e procedimentos de integração de ideias e projetos, alimentando as sinergias da região e a um trabalho em rede.

As Câmaras têm de ser eficazes e célebres, porque qualquer plano tanto social como energético, passa por burocracia exagerada. Os projetos são avaliados por muitas entidades e qualquer uma delas pode indeferir, a saber:

- Comissão Interministerial de Coordenação de acordo de Parceria;
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão;
- Inspeção Geral de Finanças;
- Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais;
- Comissões de acompanhamento dos Programas Operacionais.

O Senhor Engenheiro referiu que vai haver mais fiscalização na aplicação das verbas atribuídas, pois este documento dá a entender que nos anteriores Quadros Comunitários houve gastos desgovernados. Focalizam-se muito na transparência com os gastos na centralização de gestão dos fundos, na lógica plurifundo e na maior responsabilização pelos resultados. Estes critérios são muito rigorosos, os objetivos pretendidos pela EU são economicistas e num total de 1.868.000.000 de euros, 19,6 mil milhões para Portugal é muito pouco para a exigência das metas a atingir.

O Senhor Presidente da Assembleia relembra a possibilidade de enviar sugestões até ao fim de março. Terminado este ponto, dá início à intervenção do público. O Senhor Leonel dispensou a intervenção que solicitara no início da reunião, passando o Presidente a palavra ao Senhor Luís Filipe que pedira também para intervir.

14

Começo a minha intervenção cumprimentando todo os elementos desta assembleia.

A minha presença aqui é no sentido de solicitar a ajuda desta assembleia para um assunto que me tem afetado muito e que diz respeito aos habitantes do antigo matadouro.

Eu e a minha esposa mudamos de habitação, alugando, em setembro, uma casa na Rua Miguel Torga, mais precisamente o nº 9. Uma mudança que devia ser para melhor mas que está a tornar-se num autêntico pesadelo, tudo devido a duas pessoas que habitam, neste momento, o espaço do antigo matadouro, propriedade da Câmara Municipal de São João da Pesqueira. Passo a explicar o porquê.

Os habitantes do espaço referido, a D. Ondina e o Sr. Virgílio, têm um estilo de vida e modo de viver que peca por interferir no bem-estar e sossego dos habitantes em redor, motivo pelo qual já nos vimos obrigados a pedir a intervenção da GNR. Desde música muito alta, discussões a altas horas da noite e madrugada, insultos proferidos às nossas pessoas dia e noite (por



termos solicitado a intervenção da GNR) ao que se juntou uma "perseguição" levada a cabo pelo Sr. Virgílio que resolveu, por várias vezes, sentar-se na nossa rua, quase em frente a nossa casa, com um grande pau na mão esperando que um de nós saísse de casa ou chegasse para, como ele próprio disse, mais do que uma vez, aos agentes da GNR e aos gritos para a nossa janela, nos matar.

Não há um só dia de sossego, seja durante a semana ou ao fim de semana, pois à hora que eles resolverem acordar, toda a gente acorda e só quando eles saem ou vão dormir é que reina a paz e o sossego. Além desses habitantes, os animais de estimação que têm (dois cães) também não primam pelo silêncio e chegam mesmo a estar bastante tempo a ladrar durante o dia, noite e madrugada sem que lhes seja dito nada.

Desde o uso de vocabulário completamente inadequado e desrespeitoso ao uso de muros como sanitários públicos, tinha muitas coisas mais a dizer.

A juntar a isto tudo, nem sempre estão sozinhos, pois ao lado do edifício em que habitam ou no lote vazio que ali há "abancam" por alguns dias familiares ou amigos havendo sempre fogueiras, em plena via pública, animado convívio e desrespeito pelas normas da sociedade em geral, uso do tanque público como meio de efetuar higiene pessoal, entre outras coisas.

Toda a gente tem direito, ou deveria ter, a viver em paz e sossego na casa que sustenta, trabalhando todos os dias para isso. Quem trabalha e tem as suas contas em dia, contribuindo também para a economia do município, merece ser respeitado tal como respeita os outros e tem direito a descanso na sua casa.

Neste momento, a nossa sanidade mental começa a ser afetada. O nosso descanso não acontece como deveria acontecer, prejudicando assim a nossa vida pessoal e profissional. Não recebemos pessoas em casa por recearmos comportamentos vergonhosos e incomodativos. Ou seja, vivemos condicionados por esta situação vergonhosa.

Para que não restem dúvidas de algumas das coisas que aqui mencionei, possuo fotografias e vídeos que ilustram um bocadinho do inferno que temos vivido nos últimos meses e que, se me permitirem, mostrarei aqui.

De salientar que, antes de termos pedido a intervenção da GNR, nós próprios nos dirigimos a casa dos referidos habitantes para lhes pedirmos que pusessem a música mais baixa, pois era-nos impossível estar em casa com aquele barulho. Pedido ao qual acederam, de forma muito educada e pedindo desculpa pelo sucedido, contudo 20 minutos depois voltou ao mesmo.

Soubemos através de um meio de comunicação social que todo o espaço que eles têm à disposição, assim como luz e água são fornecidos pelo município em troca da limpeza dos tanques municipais envolventes. A verdade é que a limpeza dos tanques nem sempre é feita por eles, tendo na minha posse uma fotografia que prova isso mesmo.

Saliento aqui que, no que concerne à música alta, o Dr. Vítor Sobral tem tentado ajudar na resolução do problema, tendo falado, por várias vezes, com estes inquilinos da Câmara, contudo as suas intervenções tiveram apenas efeito momentâneo, umas vez que passado um ou dois dias, ou até no mesmo dia, voltamos ao mesmo.

Agora se me permitirem mostro um vídeo de 20 segundos para poderem verificar um pouco do inferno que temos passado.

Luís Gonçalves



O Senhor Luís Filipe apresentou ainda um vídeo com fotos e som a que diariamente é sujeito de manhã, à tarde e à noite, não encontrando sossego. Diz que o Dr. Vítor já fez várias diligências e intervenções junto "dessa gente", mas no dia seguinte voltam ao mesmo. "Relembra que paga 300 euros de renda, tendo-lhe chegado aos ouvidos que eles não pagam nada."

O Senhor Presidente da Assembleia diz que irá diligenciar sobre o assunto exposto junto do Executivo.

Pede ainda a aprovação em minuta dos pontos, 2, 3, 4, 5 e 6 tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Terminados os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a presença e empenho de todos, dando por encerrada a sessão às 19 horas e 45 minutos da qual se lavrou esta ata, à qual anexamos três documentos devidamente identificados, por solicitação do Senhor Silva Fernandes, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos membros que compuseram a mesa e a redigiram.



9

Anexos à Ata n.º1/2015

Anexo n.º1 – "Evocação e Proposta";

Anexo n.º2 - "Elogio e Reconhecimento";

Anexo n.º3 – "Regulamento do Orçamento Participativo Município de São João da Pesqueira".



EVOCAÇÃO E PROPOSTA

FALECEU, NO PASSADO DIA 12 DE NOVEMBRO, O CONDE DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, D. FERNANDO (JOSÉ FERNANDES COSTA) DE MASCARENHAS, COM 69 ANOS E SEM DESCENDÊNCIA.

DETENTOR DE NOVE TÍTULOS NOBILIÁRQUICOS ERA 12º MARQUÊS DE FRONTEIRA E 10º MARQUÊS DE ALORNA, REPRESENTANDO SIMBOLICAMENTE A CASA DOS TÁVORAS, QUE SE EXTINGUIU COM A EXECUÇÃO DA 3ª MARQUESA DE TÁVORA, D. LEONOR DE TÁVORA E DO 4º MARQUÊS DE TÁVORA, D. LUIS BERNARDO DE TÁVORA.

O TÍTULO DE CONDE DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, FOI CRIADO EM 21/3/1611, POR DECRETO-LEI DE FILIPE II DE PORTUGAL, SENDO QUE O 3° CONDE DE S. JOÃO DA PESQUEIRA É ELEVADO A 1° MARQUÊS DE TÁVORA, EM 8/8/1669, PELO PRÍNCIPE HERDEIRO E REGENTE DO REINO D. PEDRO, FUTURO D. PEDRO II, RAZÃO PELA QUAL D. FERNANDO DE MASCARENHAS OSTENTAVA TAMBÉM, O TÍTULO DE CONDE DE S. JOÃO DA PESQUEIRA.

DEFINIA-SE COMO " MONÁRQUICO DE CORAÇÃO E REPUBLICANO POR CONVICÇÃO ", TENDO SIDO NO SEU PALÁCIO QUE SE REALIZARAM AS REUNIÕES PREPARATÓRIAS, DA OPOSIÇÃO AO REGIME, PARA AS ELEIÇÕES DE 1969.

QUANDO EM 1994, NOMEOU O SEU SOBRINHO, COMO SUCESSOR, LEU-LHE, NA SALA DAS BATALHAS DO PALÁCIO DE FRONTEIRA O " SERMÃO AO MEU SUCESSOR - NOTAS PARA UMA ÉTICA DE SOBREVIVÊNCIA", ACONSELHANDO:

" SÊ PRIMEIRO UM HOMEM E DEPOIS, E SÓ DEPOIS, MAS LOGO A SEGUIR UM ARISTOCRATA ".

E ACRESCENTAVA:

" O VERDADEIRO ARISTOCRATA TEM CONSCIÊNCIA DE QUE TEM UMA HISTÓRIA ATRÁS DE SI E É ESSA PRÓPRIA CONSCIÊNCIA DA HISTÓRIA QUE TEM ATRÁS DE SI QUE O FAZ TER UMA CONSCIÊNCIA IGUALMENTE CLARA DE QUE SE É UM ELO NA CADEIA E QUE TANTO CONTA O QUE ESTÁ PARA TRÁS COMO O QUE ESTÁ PARA A FRENTE ".

HOMEM DE CULTURA, PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, ABRIU AS PORTAS DO SEU PALÁCIO DE FRONTEIRA, EM LISBOA, ÁS MAIS DIVERSAS ACTIVIDADES DE CULTURA E DAS ARTES.

MORREU UM HOMEM BOM, CULTO E EMPENHADO NO BEM ESTAR DO SEU PAÍS E DO SEU POVO.

MORREU O CONDE DE S. JOÃO DA PESQUEIRA.

Mohdo Ellamone / 29/12/2014

PROPONHO QUE ESTA ASSEMBLEIA REGISTE UM VOTO DE PESAR, QUE SEJA TRANSMITIDO Á FAMÍLIA NA PESSOA DO NOVO CONDE DE S. JOÃO DA PESQUEIRA.

ALBERTO JULIO DA SILVA FERNANDES

18

∌e:

<albertojuliosilvafernandes@gmail.com>

Data:

29 de dezembro de 2014 02:09

Para: Assunto:

AM- DURÃO BARROSO

ELOGIO E RECONHECIMENTO

Conheci o Dr. Durão Barroso na década de 80 do século passado, e acompanhei o seu percurso de vida pública, desde a sua permanência, como deputado, na Assembleia da República até aos dias de hoje.

Quando em 2004 assumiu as elevadas funções de Presidente da Comissão Europeia, tive a oportunidade de o cumprimentar desejando-lhe as maiores felicidades, em nome pessoal e da pequena Associação dos Amigos de Pereiros.

Conhecia as suas qualidades organizativas, perspicácia e capacidade para obter consensos e augurei-lhe o maior sucesso em cargo de tão grande responsabilidade.

Depois deste enquadramento gostaria de deixar nesta Assembleia o registo sobre o cidadão José Manuel Durão Barroso, que depois de presidir á Comissão Europeia durante dez anos (2004-2014), foi condecorado, no passado mês de Dezembro, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Aníbal Cavaco Silva, com o Grande Colar da Ordem do Infante D. Henrique, pelos " serviços de extraordinária relevância " prestados a Portugal.

O Grande Colar da Ordem do Infante D. Henrique, destina-se habitualmente a Chefescde Estado estrangeiros e só excepcionalmente a portugueses - até hoje só tinha sido concedido uma vez.

O Senhor Presidente da República afirmou, na cerimonia de imposição da condecoração a Durão Barroso, que foi o " ...mais elevado cargo internacional, alguma vez assumido por um português, cujo exercício prestigiou e foi de especial relevancia para o nosso País", apoiando sempre as posições portuguesas nos mais diversos sectores.

Durão Barroso, presidiu durante dez-anos á União Europeia, que foi por sua vez o período mais dificil para a Europa desde a II Guerra Mundial.

A União Europeia enfrentou crises consecutivas de natureza institucional, económica e de geopolitica, que Durão Barroso geriu com mestria, consensualizou o alargamento de 15 para 28 Estados membros, foi um defensor intransigente da Zona Euro e impulsionou a a criação da União Bancária.

Além das funções e cargos governativos que desempenhou no nosso País, liderando o XV Governo Constitucional de Portugal é pelo desempenho das funções de Presidente da União Europeia que o mundo lhe presta homenagem.

- O Dr. Durão Barroso é " Doutor Honoris Causa " por mais de trinta Universidades, entre elas:
- Universidade de Brasília, Brasília, Brasil
- Universidade Hebraica de Jerusalém, Jerusalém, Israel
- Universidade Nacional de Economia, Hanói, Vietname

- Universidade de Georgetown, Washington, D.C. EUA



- Universidade de Génova, Génova Itália
- Universidade de Auckland, Auckland, Nova Zelândia
- University College Cork, Cork, Irlanda
- Universidade de Kobe, Kobe, Hyōgo, Japão
- Universidade de Roma Lá Sapienza, Roma, Itália
- Universidade Nacional da Mongólia, Ulan Bator, Mongólia
- Universidade de Lodz, Lodz, Polónia
- Universidade Técnica de Chemnitz, Chemnitz, Alemanha
- Universidade de Edimburgo, Edimburgo, Reino Unido
- universidade de Genebra, Genebra, Suíça
- universidade de Gândara, Gândara, Bélgica
- Universidade de Nice, Nice, França
- O Dr. Durão Barroso foi distinguido com as mai elevadas condecorações de trinta e dois Países, entre elas:
- Legião de Honra (Grande Oficial), França
- Ordem do Rio Branco, (Grã Crux), Brasil
- Ordem do Sol Nascente, (Grã Cruz), Japão
- Ordem de Ouissam Alaouite (Grã Cruz), Marrocos

Ordem de Mérito (Grã Cruz), República Federal da Alemanha

- Ordem do Leão (Grã Cruz), Finlândia
- Ordem Mais Distinta de São Miguel e São Jorge (Grã Cruz), Reino Unido
- Ordem de Mérito (Grã Cruz), Hungria
- Ordem Militar de Cristo (Grá Cruz), Portugal
- Real e Distinta Ordem Espanhola de Carlos III (Grã Cruz), Espanha

- Grande Colar da Ordem de Timor Leste



- Ordem de Amilcar Cabral Medalha de Primeiro Grau, Cabo Verde
- Ordem " El Sol del Perú ", (Grã Cruz), Perú
- Ordem do Tosão de Ouro, República da Geórgia

O Dr. Durão Barroso reúne ainda um conjunto de distinções académicas, é Professor Convidado de várias Universidades, tem obras publicadas de carácter político e económico, e foram-lhe atribuídos ao longo da sua actividade mais de quatro dezenas de Prémios e Medalhas de Ouro.

Por tudo isto é merecedor do nosso respeito, homenagem e gratidão.

Obrigado

Alberto Julio da Silva Fernandes Assembleia Municipal de S, João da Pesqueira, 29 de Dezembro de 2014

Anexo: Curriculum Vitae

Anexonº3



REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

ÍNDICE

Preâmbulo

Capítulo I - Disposições Gerais

- Artigo 1º Princípio estruturante
- o Artigo 2º Missão
- o Artigo 3º Objectivos
- o Artigo 4º Modelo
- o Artigo 5° Âmbito territorial
- o Artigo 6º Componente orçamental
- o Artigo 7º Participantes

• Capítulo II - Funcionamento

- o Artigo 8º Fases do processo
- Artigo 9º Preparação e divulgação
- o Artigo 10° Recolha de propostas
- Artigo 11° Análise técnica das propostas
- o Artigo 12º Comissão de análise técnica
- o Artigo 13º Votação das propostas
- o Artigo 14º Assembleias de voto
- Artigo 15º Apresentação pública dos resultados
- o Artigo 16º Avaliação do processo

• Capítulo III - Participação

- o Artigo 17º Participação
- Artigo 18º Formas de participação
- Artigo 19º Sessões de participação

• Capítulo IV - Propostas

o Artigo 20° - Propostas

Capítulo V – Disposições Finais

- Artigo 21º Relatório e informações
- o Artigo 22º Coordenação e gestão
- Artigo 23º Possibilidade de suspensão
- o Artigo 24° Casos omissos
- o Artigo 25° Entrada em vigor



REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

PREÂMBULO

O Orçamento Participativo é um instrumento e complemento do exercício da democracia representativa. Trata-se de um processo de participação dos cidadãos na tomada de decisões, ou influenciando esta, sobre os investimentos públicos municipais, em obras e serviços a realizar, em cada ano, com os recursos do orçamento da autarquia. É uma das formas de participação dos cidadãos na governação do município contribuindo para que estes assumam um compromisso com o interesse público e a co-responsabilização entre a Autarquia e a Comunidade sobre a Gestão do Município.

A Autarquia deve reunir, pedir opiniões e ouvir sugestões de todos os que se disponibilizem para participar na elaboração do Orçamento. Simples cidadãos, empresas, cooperativas, profissionais liberais, técnicos de diversas áreas de actividade, escolas e professores, associações profissionais, culturais, recreativas, de apoio social e outras, autarcas (membros das Juntas de Freguesia, Deputados Municipais), funcionários da Câmara e outras entidades públicas etc., todos devem ter a possibilidade de participar. Todos podem apresentar propostas para o Município, que depois de transformados em projectos, serão votados pelos cidadãos (munícipes).

Todos os que pretendam participar no Orçamento Participativo (naturais, residentes e/ou trabalhem no concelho), devem ter idade igual ou superior a 18 anos.

Os objectivos do Orçamento Participativo são: Administrativo, para melhorar a eficiência da Administração Pública; Social, para ajudar a reordenar prioridades e criar coesão social; Político, para democratizar a Democracia. E assim, incentivar o diálogo entre eleitos, técnicos municipais, cidadãos e a sociedade civil organizada, na procura das melhores soluções para os problemas, tendo em conta os recursos disponíveis; contribuir para a educação cívica, permitindo aos cidadãos integrar as suas preocupações sociais com o bem comum, compreender a complexidade dos problemas e desenvolver atitudes, competências e práticas de participação; adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas para melhorar a qualidade de vida no Município; aumentar a transparência da actividade da Autarquia, o nível de responsabilização dos eleitos e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da Democracia.

Capitulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1° Princípio estruturante

A adopção do Orçamento Participativo do Município S. João da Pesqueira assenta nos valores da democracia participativa, constantes do artigo 2° e 48.º da Constituição da República Portuguesa, e tem como diplomas habilitantes a própria Constituição da República Portuguesa, a lei nº 75/2013 de 12 de Setembro alínea g) do nº 1 do artigo 25° e a alínea b) do nº 1 do artigo 33° e ainda o Código de Procedimento Administrativo nos artigos 114 e seguintes.



Artigo 2º Missão

A adopção do Orçamento Participativo de S. João da Pesqueira visa contribuir para o exercício de uma participação informada, activa e responsável dos cidadãos nos processos de governação local, garantindo a intervenção dos indivíduos e das organizações da sociedade civil na decisão sobre a afectação de recursos existentes às políticas públicas municipais, bem como, reforçar os mecanismos de transparência e de credibilidade da administração.

Artigo 3° Objectivos

O Orçamento Participativo de S. João da Pesqueira tem como objectivos:

- Incentivar o diálogo entre eleitos, técnicos municipais, cidadãos e a sociedade civil organizada, na procura de soluções melhores e mais eficientes para os problemas, tendo em conta os recursos disponíveis, promovendo uma democracia participativa e de proximidade;
- 2. Contribuir para a educação cívica e cidadania activa, permitindo aos cidadãos integrar as suas preocupações individuais com o bem-estar comunitário, compreender a complexidade dos problemas da gestão pública e desenvolver atitudes, competências e práticas de participação;
- 3. Contribuir para adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas dos cidadãos, de forma a melhorar a qualidade de vida no concelho, favorecendo a modernização administrativa;
- 4. Aumentar a transparência da actividade pública autárquica, o nível de responsabilização dos eleitos e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia.

Artigo 4º Modelo

- 1. O Orçamento Participativo do Município de S. João da Pesqueira assenta num modelo de participação com duas vertentes, uma de cariz consultivo e outra de cariz deliberativo.
- 2. A dimensão consultiva diz respeito ao período em que os cidadãos são convidados a apresentar as suas propostas de investimento.
- 3. A dimensão deliberativa provém do facto de serem os cidadãos a decidir, por votação, as propostas vencedoras cujos montantes deverão constar do Orçamento Municipal, dentro do valor total que lhe for anualmente atribuído nessa sede.

Artigo 5° Âmbito territorial

O Orçamento Participativo abrange todo o território do Município de S. João da Pesqueira.

Artigo 6° Componente orçamental

1. Ao Orçamento Participativo é atribuído um montante anual a definir pelo Executivo Municipal de S. João da Pesqueira.



- 2. O Executivo Municipal compromete-se a integrar as propostas vencedoras do Orçamento Participativo na proposta de Orçamento Municipal do ano subsequente ao ano da eleição das mesmas.
- 3. O montante anual atribuído ao Orçamento Participativo deve considerar e abranger com justiça e equidade a sua repartição, em períodos quinquenais, por todas as aldeias e freguesias do concelho.
- 4. De forma a garantir a rotatividade e igualdade de oportunidades entre as aldeias e freguesias do concelho, deve considerar-se que a implementação de um projecto numa delas, implica que nos dois anos seguintes caso apresentem novo projecto, este apenas poderá ser contemplado respectivamente com 30% e 40% do montante total para o investimento ou obra a realizar.

Artigo 7° Participantes

No Orçamento Participativo de S. João da Pesqueira podem participar todos os cidadãos residentes, ou naturais, com idade igual ou superior a 18 anos, trabalhadores em empresas do concelho sedeadas em S. João da Pesqueira, e ainda, representantes de movimentos associativos, do mundo empresarial e outras organizações da sociedade civil do concelho.

Capítulo II FUNCIONAMENTO

Artigo 8° Fases do processo

O processo do Orçamento Participativo é composto por seis fases, descritas nos artigos do presente capítulo:

- 1. Preparação e divulgação;
- 2. Recolha de Propostas;
- 3. Analise Técnica das Propostas;
- 4. Votação das Propostas;
- 5. Apresentação Pública dos Resultados;
- 6. Avaliação do processo.

Artigo 9º Preparação e divulgação

Esta fase corresponde ao trabalho preparatório para a implementação do Orçamento Participativo, nomeadamente:

- a) Definição da metodologia;
- b) Constituição da Comissão de Análise das propostas formuladas no âmbito do Orçamento Participativo.
- c) Criação dos instrumentos de participação;
- d) Determinação do montante anual a atribuir ao Orçamento Participativo.
- e) Definição dos princípios e regras do Orçamento Participativo.

Esta fase decorrerá previsivelmente entre os meses de Janeiro a Março.



Artigo 10° Recolha de propostas

A recolha de propostas será feita nas Sessões de Participação, as quais serão organizadas de modo a favorecer o debate entre os participantes, consensualizando e elegendo as propostas que têm condições para prosseguir para a fase da análise técnica. O período de recolha de propostas decorrerá, previsivelmente durante o mês de Abril.

Artigo 11° Análise técnica das propostas

- 1. Expectavelmente, a Comissão de Análise Técnica, procede à análise técnica das propostas, entre 1 de Maio e 15 de Junho.
- 2. As propostas que reúnam as condições de elegibilidade, de acordo com os critérios definidos no artigo 20°, são transformadas em projectos que, posteriormente, serão colocados à votação, sendo excluídas as restantes propostas.

Artigo 12° Comissão de análise técnica

- A Comissão de Análise Técnica das propostas é composta por dois técnicos municipais, nomeados pelo Executivo da Câmara Municipal, por um vereador em regime de não permanência, e por um elemento designado pela Assembleia Municipal, em regime de voluntariado que acompanhará o desenvolvimento deste processo.
- A Comissão de Análise Técnica nomeará o presidente de entre os seus membros, o
 qual, em caso de empate nas respectivas deliberações poderá usar de voto de
 qualidade.
- Após a análise técnica das propostas, será elaborada e divulgada uma lista provisória das propostas acolhidas, para que no prazo de 10 dias, possam ser apresentadas eventuais reclamações.
- 4. Após a análise pela própria Comissão de Análise Técnica das reclamações apresentadas, elaborará um parecer sobre cada uma das reclamações, competindo ao Executivo Municipal, em reunião convocada para o efeito, aprovar e divulgar a lista final dos projectos a submeter à votação, bem como a lista das propostas excluídas.

Artigo 13º Votação das propostas

- 1. A votação dos projectos finalistas será efectuada por via electrónica no Portal a ser, eventualmente, criado pelo Executivo Municipal, e presencialmente através das Assembleias de Voto, que serão organizadas pelos serviços municipais.
- 2. Cada participante apenas poderá votar uma vez, validando a sua votação através do número de eleitor.
- 3. A fase de votação decorrerá durante o mês de Julho.

Artigo 14° Assembleias de voto

- 1. As Assembleias de Voto têm como principal objectivo facilitar o voto dos cidadãos.
- 2. Nas Assembleias de Voto estarão colaboradores das autarquias devidamente credenciados para informar e ajudar na votação.

8

1

3. As Assembleias de Voto terão lugar nos dias e locais - freguesias e aldeias do concelho - a divulgar com a antecedência mínima de 10 dias.

Artigo 15º Apresentação pública dos resultados

Os projectos mais votados são incorporados na proposta de Orçamento Municipal e serão apresentados publicamente, previsivelmente durante o mês de Setembro.

Artigo 16º Avaliação do processo

- 1. Os resultados alcançados pelo Orçamento Participativo serão objecto de avaliação por parte do Executivo Municipal nas seguintes dimensões:
 - a) Adesão ao processo;
 - b) Dinâmica participativa;
 - c) Identificação de problemas;
 - d) Aperfeiçoamento do processo em relação ao ano anterior;
- 2. O resultado da avaliação será divulgado juntamente com a apresentação do Orçamento Municipal anual.

Capítulo III PARTICIPAÇÃO

Artigo 17º Participação

- 1. O processo do Orçamento Participativo de S. João da Pesqueira é aberto à participação de todos os cidadãos, que reúnem as condições do art. 7°.
- 2. A participação deve ser sempre em nome individual.

Artigo 18º Formas de participação

As pessoas interessadas podem participar:

- 1. Através da apresentação de propostas, nas Sessões de Participação;
- 2. No período de dez dias previstos para recurso, relativamente aos resultados apresentados após a fase de análise técnica;
- 3. Na votação dos projectos, com direito a um voto por pessoa.

Artigo 19º Sessões de participação

- 1. Os participantes podem formalizar as suas propostas nas Sessões de Participação que terão lugar nas instalações das freguesias e aldeias do concelho.
- 2. As Sessões de Participação funcionam com base em "Mesas de Consenso".
- Cada participante pode apresentar uma proposta de investimento/ acção ou iniciativa para suprir uma carência ou necessidade efectiva dos cidadãos.
- 4. Por mesa, os participantes indicam propostas consideradas como as mais prioritárias para serem integradas no Orçamento Participativo, de acordo com os seguintes critérios:

A /

- a) População abrangida pelas propostas (número e características);
- b) Nível do impacto da proposta na aldeia, freguesia ou município.
- 5. O total das propostas consideradas como prioritárias em cada mesa é colocado à votação de todos os participantes na Sessão. Destas são eleitas, por votação maioritária, no máximo três propostas que são encaminhadas para a Comissão de Análise.
- 6. As restantes propostas são registadas e constam no relatório final de cada sessão de participação.
- 7. As sessões são presididas pelo Presidente de Junta de Freguesia ou pelo seu substituto legal, coadjuvado por um técnico municipal.

Capítulo IV PROPOSTAS

Artigo 20º Propostas

- 1. Elegibilidade das Propostas:
 - a) Inserirem-se no quadro de competências e atribuições da Câmara Municipal de S. João da Pesqueira, com manifesto interesse colectivo;
 - b) Serem suficientemente específicas e delimitadas no território municipal;
 - c) Não excederem montante determinado pelo Executivo Municipal, com limitação a dez mil Euros por propostas;
 - d) Não ultrapassarem os 12 meses de execução;
 - e) Serem compatíveis com outros projectos e planos municipais, ou pelo menos que da sua execução não resulte a inviabilização ou prejuízo de qualquer projecto ou iniciativa do Plano de Acção.
- 2. As propostas consideradas elegíveis são transformadas em projectos, com a indicação do respectivo orçamento e do prazo previsto para a sua execução.
- 3. São excluídas as propostas que a Comissão de Análise Técnica considere não reunirem as condições necessárias à sua implementação, nomeadamente por:
 - a) Não apresentar todos os dados necessários à sua avaliação;
 - b) O valor expectável à implementação ultrapassar o valor definido;
 - c) Contrariar Regulamentos Municipais ou a legislação em vigor.

Capítulo V DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 21º Relatório e informações

Sendo a transparência um dos pilares fundamentais do processo, será disponibilizada no Portal, eventualmente a criar para o efeito, de forma permanente, a informação relevante respeitante ao Orçamento Participativo, assim como, o relatório de avaliação que será elaborado no final do processo.

8/

Artigo 22º Coordenação e gestão

A coordenação e gestão do processo do Orçamento Participativo são da responsabilidade do Presidente de Câmara Municipal, com possibilidade de delegação, directamente apoiado pela Comissão de Análise.

Artigo 23° Possibilidade de suspensão

1. Mediante despacho devidamente fundamentado, é possível ao Presidente de Câmara Municipal, suspender a realização do Orçamento Participativo Municipal quer esteja o processo em curso, quer com efeito para o ano seguinte.

2. Do despacho referido no número anterior devidamente fundamentado deve o Presidente da Camara Municipal submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.

Artigo 24º Casos omissos

As omissões e dúvidas sujeitas a interpretação do presente Regulamento serão resolvidas pela Comissão de Análise.

Artigo 25° Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, após aprovação na Assembleia Municipal.

Mahletten 27/2/215